



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ISMAEL BAPTISTA VINCENSI

FORJANDO A NAÇÃO:

SOUZA DOCCA E A ESCRITA DA HISTÓRIA MILITAR DA
GUERRA DO PARAGUAI, A ÓTICA NACIONALISTA EM SUA
PRODUÇÃO HISTORIOGRAFICA.

Londrina
2020

ISMAEL BAPTISTA VINCENSI

FORJANDO A NAÇÃO:

SOUZA DOCCA E A ESCRITA DA HISTÓRIA MILITAR DA
GUERRA DO PARAGUAI, A ÓTICA NACIONALISTA EM SUA
PRODUÇÃO HISTORIOGRAFICA.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social, na linha de Territórios do Político.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

v767 Vincensi, Ismael.
Forjando a Nação: Souza Docca e a escrita da história militar da Guerra do Paraguai, a ótica nacionalista em sua produção historiográfica. / Ismael Vincensi. - Londrina, 2020.
81 f.

Orientador: José Miguel Arias Neto.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Souza Docca; Guerra do Paraguai; Nação. - Tese. I. Arias Neto, José Miguel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

ISMAEL BAPTISTA VINCENSI

FORJANDO A NAÇÃO:

SOUZA DOCCA E A ESCRITA DA HISTÓRIA MILITAR DA GUERRA
DO PARAGUAI, A ÓTICA NACIONALISTA EM SUA PRODUÇÃO
HISTORIOGRAFICA.

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Mestrado em História Social da
Universidade Estadual de Londrina, em
cumprimento às exigências para obtenção do
título de Mestre em História Social, na linha de
Territórios do Político.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Silvia Cristina Martins de Souza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Escola Naval - RJ

Londrina, 28 de abril de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio da minha família durante os anos de formação, a minha mãe Berenice por sempre estar ao meu lado dando o apoio necessário, ao meu pai Geonir, pela ajuda financeira, para que eu pudesse concluir meus estudos em universidades públicas de qualidade, estando fora da minha cidade natal.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. José Miguel Arias Neto pela oportunidade em ser seu orientando e pela aprendizagem durante o curso.

Agradeço aos profs. Dr^a. Silvia Cristina Martins de Souza e Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro por participarem da banca da dissertação e pelas contribuições para a pesquisa.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

E também a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu chegasse até esse momento, muito obrigado.

VINCENSI, Ismael Baptista. **Forjando a Nação:** Souza Docca e a escrita da história militar da Guerra do Paraguai e a ótica nacionalista em sua produção historiográfica. 2020. 82 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender como se deu a escrita da História Militar da Guerra do Paraguai a partir da ótica nacionalista de Emílio Fernandes de Souza Docca, militar nascido no Rio Grande do Sul, que através de suas produções historiográficas acerca do tema e inserido dentro do IHGB e IHGRGS pode desenvolver uma escrita voltada para os feitos históricos do Brasil, sobretudo com a exaltação patriótica e nacionalista no início do século XX e de que forma contribuiu para a sistematização de um discurso característico de construção da nação, onde buscou refletir o “caráter nacional” em suas publicações, uma combinação entre o ser nacional o método e o tempo de escrita do autor, em uma narrativa tradicional.

Palavras-Chave: Souza Docca. Guerra do Paraguai. Nação.

VINCENSI, Ismael Baptista. **Forging the Nation:** Souza Docca and the writing of the military history of the Paraguay War and the nationalist perspective in his historiographical production. 2020. 82 p. Dissertation (Master in Social History) - State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

In this work we seek to understand how the Military History of the War of Paraguay was written from the nationalist perspective of Emílio Fernandes de Souza Docca, a military man born in Rio Grande do Sul, who through his historiographical productions on the subject and inserted within the IHGB and IHGRGS can develop a writing focused on the historical achievements of Brazil, especially with the patriotic and nationalist exaltation in the beginning of the 20th century and how it contributed to the systematization of a characteristic discourse of nation building, where it sought to reflect the “national character” In his publications, a combination of national being, method and author's writing time, in a traditional narrative.

Keywords: Souza Docca. War of Paraguay. Nation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 OS LUGARES DE ONDE SE FALA: A SISTEMATIZAÇÃO DE UM PROJETO DE ESCRITA NACIONALISTA E CONSTRUÇÃO NACIONAL A PARTIR DE INSTITUTOS HISTÓRICOS	11
1.1 O DESENVOLVIMENTO DE UMA GÊNESE DE NAÇÃO: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL – IHGB.....	15
1.2 O CONGÊNERE REGIONAL: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRGS	30
2 RECORTES BIOGRÁFICOS E A ESCRITA DA HISTÓRIA DE SOUZA DOCCA	43
2.1 FRAGMENTOS BIOGRÁFICOS E A SISTEMATIZAÇÃO DA ESCRITA DA HISTÓRIA DE SOUZA DOCCA.....	43
2.2 O AUTOR NA HISTORIOGRAFIA	52
3 A HISTORIOGRAFIA DA GUERRA DO PARAGUAI E O DISCURSO NACIONALISTA NA PRODUÇÃO HISTÓRICA DE SOUZA DOCCA	56
3.1 O fazer História: As diferentes historiografias constituídas sobre a Guerra do Paraguai	56
3.2 A construção da narrativa nacionalista e a Guerra do Paraguai na visão de Souza Docca	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	78
FONTES	81

INTRODUÇÃO

A preocupação com a legitimação da nação, como consequência do Estado do Nacional, esteve intimamente ligada ao início do século XIX. Com a criação da república no final do século e início do século XX tratou-se de repensar em que moldes esta nação deveria ser representada com o estabelecimento de uma identidade brasileira, posto isso, o presente trabalho busca apresentar de que forma tal discurso foi sistematizado e utilizado, a partir da Guerra do Paraguai, sob a ótica de Emílio Fernandes de Souza Docca, militar nascido no Rio Grande do Sul, que buscou refletir o “caráter nacional” em suas produções, fundado de uma combinação entre o *ser* nacional, o método e o tempo da escrita do autor, em uma narrativa tradicional¹. Podemos observar a partir de diferentes ângulos como as produções de Souza Docca contribuíram para a sistematização de um discurso característico de construção da nação.

Essa busca está relacionada à ideia de tipos de reação a estímulos coletivos. Ou seja, identificar padrões coletivos de comportamento em níveis nacionais.

A inserção do Brasil na modernidade demandava o estabelecimento de um aparato estatal que se desenhava desde a independência. Contudo, é necessário apontar que tal projeto foi dirigido por uma restrita elite política e econômica, que procurava salvaguardar seus status, bem como a rígida hierarquia social a qual pertencia, e que ainda pode ser vista até certo ponto ainda nos dias de hoje. O discurso foi instrumentalizado, dada a sua relevância perante o processo modernizador em voga naquele contexto, para fomentar um imaginário nacional, visando a unidade territorial e a coesão que demandavam o Estado-Nação moderno. Esse processo ocorreu ao longo de um século

¹ Peter Burke sintetizou as características principais da historiografia tradicional: ênfase num tipo de história política, a história como narração dos grandes fatos, documentos oficiais são os que interessam ao paradigma tradicional, o historiador tradicional explica por meio da vontade do indivíduo histórico, e, finalmente, o paradigma tradicional considera a História uma ciência objetiva. Desta maneira, denominamos história tradicional a que contempla essas características apontadas por Burke. Para mais informações ver: BURKE, Peter (org.). **A Escrita a historia: novas perspectivas**; São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Considerando as demais correntes da historiografia sobre o tema temos: a “revisionista” onde se destaca as produções de Chiavenato e a “atual” onde é destacada nas obras de Doratioto).

marcado por revoltas e mudanças políticas, expressões de uma nação dividida por regionalismos.

É nesse cenário que ocorre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB, instituição que tornou-se carro-chefe dessa missão civilizatória, que além de buscar fundar uma identidade nacional, também visava à articulação das diferentes regiões do território brasileiro para alavancar esse projeto voltado a ideais eurocêntricos, congregando desde a memória histórica, até a descrição dos recursos naturais do território nacional.

O desenvolvimento do Estado-Nação brasileiro, como movimento necessário ao acesso das elites locais aos sistemas do mundo moderno, ocorreu a partir da legitimação dessa hierarquia nos quadros nacionais, atestando a elitização inerente à colonialidade do poder, ou à propriedade dos grupos sociais mais bem relacionados com a Europa em conduzirem a continuidade da missão civilizatória europeia, mesmo que prezando, ao nível de discurso, pelo ideal do homem universal e das liberdades individuais.

Posteriormente a esse processo, são criados os institutos regionais, que deveriam, fornecer os dados e estudos ao IHGB, porém tais institutos frente ao contexto político do país acabaram servindo as elites locais, que visavam tecer uma história nacional, mas atribuindo fatos ocorridos em suas respectivas regiões como determinantes para tal, relegando a outras regiões papéis inferiores no desdobramento histórico da Nação.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, acompanhou esse ideário, e como instituto regional passava a construir uma história local integrada com o restante do país. Os ideais republicanos e a construção da nacionalidade passavam a ser o objetivo principal de tais institutos históricos, tendo o IHGB como norte a ser seguido.

A pesquisa baseia-se na análise das diversas produções historiográficas de Souza Docca, tanto no IHGB como também no IHGRGS, dentre outras. Essa produção tem início em 1919, com a publicação de sua obra icônica “*Causas da Guerra com o Paraguay*”. Docca, sócio fundador do IHGRGS afirma em seu discurso na inauguração do instituto, a forma como a escrita dessa história institucionalizada deveria ser feita:

[...] que “a nossa preocupação capital” seja, como [...] disse o nosso presidente, “a verdade, só a verdade, sempre a verdade”. A história,

que, segundo o conceito de Renan, “é a mais alta e mais digna ocupação de um homem voltado aos labores intelectuais”, não se subordina nem se subjeta a interesse algum, e por isso ella só é digna, inatacável, duradoura, eterna, quando é imparcial e justa e sempre que “apreciando os factos na linguagem calma, desapaixonada, apresentar os vivos e os mortos, taes quaes são ou taes quaes foram”, segundo o judicioso entender do professor Americo Braziliense.²

Percebe-se assim os preceitos que caracterizavam a história científica forjada a partir do século XIX, marcada pela noção de uma ciência exata, metódica. Essas regras gerais que garantem a suposta neutralidade do produto desses estudos realizados não por testemunhas, mas por homens que, por não terem participado dos acontecimentos apresentados, não estariam submetidos às influências do momento que estão analisando.

O campo de análise do trabalho é o da historiografia como gênero histórico. Procura-se também, investigar e compreender as influências teóricas e as origens históricas das narrativas sobre o conflito abordado, observando suas narrativas e também sobre a construção dos “heróis” nacionais e seus feitos. A constatação de que uma “história” possa estar já de antemão configurada antes de tomar forma de uma linguagem, limita não só o potencial de representação, como também exige que o historiador busque as fontes e se volte aos fatos, sendo que as diferentes camadas de tempo forçam o historiador a lidar com diferentes aproximações metodológicas.

Isso leva o historiador a estabelecer um pressuposto: conforme o resultado da investigação, serão utilizados diferentes meios de comunicação do conteúdo, na prática, o limite entre a narração e a descrição não pode ser mantido; já na teoria dos tempos históricos, os níveis, que abrigam as diferentes extensões temporais não se interpenetram completamente. [...] partimos do princípio de que “eventos” só podem ser narrados e “estruturas” só podem ser descritas.³

O objetivo geral da pesquisa é evidenciar o discurso nacionalista, a partir das produções do autor e da exaltação dos heróis e feitos nacionais, visando a construção de uma identidade e caráter nacional.

² Discurso do orador oficial, tenente Souza Docca. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. P. 130-131. Pretende-se no decorrer do trabalho manter a escrita original das fontes trabalhadas para nos aproximarmos do tempo da escrita do autor.

³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos** – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 133.

Subjacente à formação da identidade nacional estaria o nacionalismo que demanda assegurar que os habitantes de uma nação se percebam como um povo especial. Diferente do nacionalismo, o patriotismo refere-se a um sentimento de lealdade ligado a nação. Enquanto, o nacionalismo faz referência à crença em uma unidade cultural e/ou étnica, o patriotismo está ligado ao sentimento de autopreservação, em uma moral do dever. Nacionalismo e patriotismo, embora estejam relacionados, são fenômenos distintos, pois enquanto o patriotismo seria caracterizado pelo amor e lealdade à nação e pelo orgulho de sentir-se parte de uma comunidade nacional; o nacionalismo seria caracterizado por ser uma ideologia sobre a qual se sustenta a construção cultural da nação e, conseqüentemente, de um território e um Estado diferenciado.

O texto da dissertação está dividido em três capítulos. O primeiro trata da análise da sistematização do discurso, a partir dos institutos históricos, o IHGB, como sua congênere regional no Rio Grande do Sul o IHGRGS, onde procura-se observar como se constituiu um processo de formulação de uma história nacional, a contar de uma ótica republicana e nacionalista. Será subdividido em dois tópicos, o primeiro referente ao IHGB e sua criação e o segundo sobre o IHGRGS.

No segundo capítulo, estará contido recortes biográficos do autor, o tipo de escrita perpetuada por Souza Docca em suas produções e o processo da construção de sua escrita da história.

Por fim, no terceiro capítulo, ocorre a análise das produções do autor referentes à Guerra do Paraguai, e como o discurso foi sistematizado, fundamentado por uma ótica nacionalista, para a formulação de uma história republicana e criação de uma identidade nacional, qual foi o sentido político dos enaltecimentos e da rememoração do passado por meio do conflito entre o Paraguai e de que forma contribuiu para o desenvolvimento de um discurso unificador referente à construção do Estado brasileiro.

CAPITULO 1

Os lugares de onde se fala: a sistematização de um projeto de escrita nacionalista e construção nacional a partir de institutos históricos

1.1 O desenvolvimento de uma gênese de Nação: O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB

O pensar histórico e como se fazer a História é uma das marcas do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para o tratamento do tema. Nesse processo o historiador perde o caráter de apenas o “homem de letras” para adquirir o estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica. No mundo europeu, tais características já são observadas no início do século em questão, sendo que o pensar a história articula-se em um quadro mais amplo, onde a questão nacional ocupa uma posição de destaque.

A criação dos Estados modernos, tanto na Europa como nas Américas passam a ser fontes centrais de tais pesquisas do momento. O estado-nação figurava como o modo mais moderno de se governar. Aliás, a modernidade em si toma fôlego, enquanto projeto que visava orientar a humanidade em um sentido evolutivo positivo, buscando a constante superação de sua situação, seja no âmbito político, econômico ou social. Uma tendência geral e significativa da historiografia produzida ao longo do século XIX foi estar intimamente relacionada à construção do Estado nacional. Segundo Manuel Luís Salgado Guimarães⁴, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada.

O estado-nação estava fundamentado pela delimitação de um território ou recorte espacial, cujo havia uma população que se reconhecia como a ele pertencente. Era necessário inventar uma identidade nacional dentro desse território, que estaria pautada, a partir de um imaginário coletivo.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, p. 6, 1988.

Nesse período nota-se a importância da ciência que, mediante a produção de conhecimento rigorosamente sistematizada, passa a servir os propósitos da modernidade, por meio de seus diferentes ramos, seja nos avanços tecnológicos que possibilitaram a integração do território, seja na descrição do ambiente físico onde se faz parte, ressaltando suas potencialidades no âmbito produtivo, bem como das características da população que ali habita e na formação do imaginário nacional.

O caso brasileiro não será diferente, o que trará consequências cruciais para o trabalho do historiador em nosso país, ainda que aqui o espaço da produção historiográfica seja outro. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX, vinculado a uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.

Não o espaço sujeito à competição acadêmica própria das universidades europeias, mas o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII.⁵

Sabe-se que a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem dar um norte em direção à materialização desse empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica do momento. Com o advento do Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação Brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. É uma tarefa de pensar o Brasil, segundo postulados próprios de uma história comprometida com o desenvolvimento de uma gênese da Nação. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa produzir uma homogeneização da visão de Brasil, no interior das elites Brasileiras.

Estabelecido o instituto, o próximo passo seria construir uma narrativa comum do passado para a Nação brasileira, que estava em desenvolvimento. Esse passado deveria ser um momento do qual o Império pudesse se vangloriar, pois dessa forma a história cumpriria o papel para o qual ela havia sido fundada,

⁵ Ibid., p. 5.

isto é, auxiliar decisivamente para o projeto de centralização política, ao justificar o modelo de constituição do Estado, que previa o fortalecimento do poder executivo na figura do imperador. Com isso, a alta centralização do poder, a manutenção da unidade territorial e a continuidade da ordem social interna, baseada no escravismo e no latifúndio. Sobre a importância do IHGB para o processo de construção simbólica do Estado nacional, afirma Lília M. Schwarcz, referente a construção da imagem de D. Pedro II:

É, portanto, a partir dos anos 50 que o imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destaca uma memória, reconhecer uma cultura. Se no plano da política externa uma monarquia encravada bem dentro do continente americana gerava desconfianças, mesmo internamente era também preciso criar uma identidade. Na verdade, composto, em sua maior parte, da “boa elite” da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal quais heróis nacionais.⁶

A fundação do instituto representou um tipo de história mais definida, mais refletida e voltada para uma abordagem nacional. Tinha como meta estabelecer um projeto historiográfico capaz de organizar os recursos e os procedimentos para se escrever a história da nação brasileira, que estava em vias iniciais de produção. Ao mesmo tempo em que a trajetória da nação era construída, a história enquanto disciplina científica ainda dava seus primeiros passos.

Assim como o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador. A distribuição dispersa de diferentes ocupações no imenso território nacional não possibilitou o nível de coesão requerido para se formar e estabelecer um Estado, no sentido moderno do termo. Contudo, as elites nacionais voltadas à Europa não queriam perder o rumo das inovações difundidas, desde o velho continente, principalmente após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, fato esse que aumentou a relevância do país, no cenário geopolítico global. Foi por meio de instituições de caráter científico, que se tornariam responsáveis pela inserção da nação na modernidade.

Um dos pontos centrais para a discussão da questão nacional no Brasil e o processo que a escrita da história virá desempenhar, trata-se de precisar com

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 126-127.

clareza, de que forma essa historiografia definirá a Nação Brasileira, dando uma identidade própria capaz de atuar tanto externa, como internamente. Ao definir-se o Brasil, define-se também o “outro” em relação a esse Brasil.

Nesse processo muito próprio ao caso brasileiro, a ideia de Nação não se assenta sobre uma negação à antiga metrópole, pelo contrário, a Nação brasileira se reconhece, enquanto continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa, quadro inverso ao comparar o exemplo Europeu, em que Nação e Estado são pensados em esferas distintas. Nação, Estado e Coroa, aparece enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica sobre o problema nacional.

Os primeiros brasileiros que escreveram sobre os acontecimentos fundadores da nação defrontaram-se como uma série de dificuldades, onde podem ser abordadas as três principais: as distâncias geográficas, o que torna difícil a ideia de história geral; a incapacidade desses escritores em dominar recursos filosóficos que podem ser úteis à escrita da história e o problema da publicação dos manuscritos e da conservação dos seus arquivos.

Nesse sentido percebe-se que os problemas ligados à origem da história do Brasil e à instituição de uma cronologia brasileira passam, portanto, pela política de colonização do nosso território. Após uma nova fase em sua história, no qual o Brasil é independente de Portugal, os brasileiros estão finalmente capacitados a empreender em sua recuperação do seu passado.

A história do Brasil é preexistente, pois, em parte ela está oculta, em parte, deformada nos arquivos. Não se trata somente de preencher os espaços vazios deixados pelos historiadores, principalmente portugueses, por historiadores nacionais, pois é uma lógica que se coloca em movimento, começar por um princípio, encontrar os traços da origem nacional e discernir os autores. Em suma, instituir numa periodização e um encadeamento dos acontecimentos à brasileira significam, no campo histórico, narrar ou explicar a fundação do Brasil, a partir do ponto de vista dos brasileiros⁷.

Nessa perspectiva a tarefa do IHGB era, portanto, tornar visível a história preexistente do Brasil. É por meio da história que o sentimento patriótico é

⁷ CÉSAR, Temistocles. **Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX**. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 19. 2004.

revelado tanto aos brasileiros, quanto aos estrangeiros, e sobre este processo Temístocles César aborda:

A história feita no IHGB não foi sempre original; seus membros reconhecem a existência de produções que lhe antecedem, mas que precisam ser revisadas e corrigidas. Esse processo de *purificação* é o primeiro passo rumo à transformação daquilo que outrora era lido como história em fonte histórica, com a meta de servir de base à escrita da história da pátria.⁸

Os textos produzidos por estrangeiros acabam por produzir uma visão esfumada da realidade, uma vez que suas visões preconcebidas os privam da objetividade a respeito da nação sobre a qual se manifesta. Os membros do IHGB teriam por missão desconstruir a lógica que perpetua um conhecimento incorreto do passado brasileiro, revisando suas afirmações e eventualmente rejeitando-os do campo histórico.

É preciso que o historiador, alojado no IHGB, faça o seu trabalho: corrigir os erros cometidos. Essa exegese determina um primeiro domínio de pesquisa cuja consequência deve “salvar” os fatos que conferem sentido à história brasileira da “indigna obscuridade” em que se encontram, bem como definir os objetos que devem se melhor assinalados, descritos e mensurados.⁹

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, essa mesma historiografia procura definir aquelas que internamente ficarão excluídos desse projeto, por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. Esse conceito construído e abordado pelo IHGB é exclusivamente restrito aos brancos, sem a abrangência que o conceito se propunha no espaço europeu. Com um campo limitado de letrados da academia, a Nação brasileira traz consigo uma marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”.

Na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o “outro” desta Nação a partir do critério político das diferenças enquanto forma de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie.¹⁰

⁸ Ibid., pg, 14.

⁹ Ibid., pg, 16.

¹⁰ GUIMARÃES, 1988 p. 7.

Ao analisar os passos que levaram à fundação do IHGB em 1838, permite entender a criação de uma instituição cultural nos moldes de uma academia, como aquelas próprias do iluminismo, tendo, contudo, como projeto, traçar a gênese da nacionalidade brasileira, preocupação essa, particular à historiografia do século XIX. Com isso, o instituto propõe-se a levar a cabo um projeto dos novos tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional, enquanto critério fundamental definido de uma identidade social.

Para tanto, a construção da história a partir do IHGB está marcada por um projeto duplo: a primeira em dar conta de uma gênese da Nação, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, e a outra, em criar a Nação como desdobramento nos trópicos como uma civilização branca e europeia. Denota-se que com o advento do Iluminismo, conjuntamente com um aumento e necessidade de sistematização da produção de conhecimento, o francês será adotado como língua universal para a publicação de textos nesse âmbito, em detrimento do latim, usado até então.

Corrobora-se que a vinda da família real para o Rio de Janeiro contribuiu para aumentar a complexidade institucional no Brasil, após esse momento, é com a proclamação da independência em 1822 que a constituição de uma estrutura moderna passará a ser a ordem do dia para a elite política de então.

As consequências desse cenário foram a série de sublevações que ocorreram nas primeiras décadas que seguiram a independência: em 1824 a Confederação do Equador em Pernambuco, com a proclamação de um governo federativo, cuja a rebelião da Cisplatina em 1825 culminou com a independência da República Oriental do Uruguai, e também uma série de conflitos no período regencial como a Guerra do Farrapos, no Rio grande do Sul em 1835, a Guerra dos Cabanos em 1832, a Cabanagem no Pará e a Sabinada na Bahia em 1837. Para se estabelecer um Estado, de acordo com a concepção moderna do termo, seria necessário então estabelecer uma unidade, por meio de uma identidade nacional.

Paralelo a isso, e para além da centralidade que a Europa, e sobretudo a França, possuíam na difusão desse ideal moderno, havia a necessidade de criar uma identidade voltada ao velho continente, buscando assim uma diferenciação no contexto latino-americano, de maneira mais ampla, marcado pela emergência

de regimes republicanos, tidos como a representação da barbárie. Nesse sentido, apesar de também renegarem o passado colonial na construção desse novo imaginário, possuía uma concepção de que para consolidar o Estado brasileiro deveria ser mediante uma continuação do projeto civilizatório português.

Em 25 de novembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa, na qualidade de primeiro-secretário do IHGB, apresenta em discurso de caráter pragmático o estatuto da recém-criada instituição, que definem duas diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil; e o incentivo ao ensino público de estudos de natureza histórica.

Ademais, o instituto então é estabelecido com vias a sistematizar cientificamente o processo de construção da nação brasileira, assunto de primeira ordem desde a independência, juntamente com a busca para inserir o Brasil no âmbito da geopolítica moderna. Todavia, a história foi assim instrumentalizada de modo a favorecer a criação de uma narrativa da consolidação do Estado brasileiro, seguindo os primados da modernidade, fortemente impregnados das concepções positivistas, que foram sendo estabelecidas ao longo do século XIX, fundando assim o imaginário de uma nação que evoluía em sentido positivo, com vistas a alcançar um progresso.

Existia também a pretensão do IHGB em manter relações com outros institutos, tanto nacionais como internacionais, fazendo com que as produções fossem canalizadas de volta para o Rio de Janeiro, o centro do pensamento histórico do momento, sobre as diferentes regiões do Brasil.

Contudo, Cunha Barbosa deixa claro que as razões para se estudar a história são de ordem política e epistemológica. Com base em um modelo tradicional de *história magistral*, o trabalho dos historiadores deve então servir primeiramente à nação. As primeiras disposições epistemológicas que devem dirigir esse processo inventivo são: corrigir os trabalhos já publicados, a definição clara do que é uma fonte e a narração das ações históricas a serem pesquisadas em um plano onde apreenda o geral, ou seja, a nação.

Corroborar-se que o secretário do IHGB já deixa claro o sentido sobre o método historiográfico a ser abordado pelo instituto, refletindo o que é História,

quem é seu autor e como ela deve ser escrita. “Procura ressuscitar também as memórias da pátria da indigna obscuridade em que jaziam até agora”¹¹, com esta frase Januário da Cunha Barbosa inaugura no IHGB o projeto de uma nova historiografia sobre o Brasil.

Sabe-se que o instituto se colocava sob a proteção do imperador, tendo como expressão a ajuda financeira que recebia a cada ano. Para realizar seus projetos especiais, o instituto recorria ao Estado com pedido de verbas para viabilizar tais pesquisas, sendo o Estado decisivo para sua existência material. É interessante observar a preocupação de alguns dos mais destacados membros em não definir a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo assumindo um caráter neutro em relação a disputas políticas.

Sob aspectos próprios e que presidem e organizam um tipo de sociabilização própria de uma sociedade da corte, visto que os letrados pertencentes ao IHGB possuíam íntima relação com o corpo social ou com esferas que gravitavam ao seu redor, baseado assim o critério básico para seu recrutamento, essa produção historiográfica foge às regras específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento se baseia no domínio de certo saber específico.

Enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estavam efetuando fundamentalmente no espaço universitário, entre nós essa tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais.¹²

Dado o exposto, ressalta-se que a maioria dos fundadores do instituto desempenha funções no aparelho do Estado, sejam os que seguem carreira na magistratura, após os estudos jurídicos; sejam militares ou burocratas, que mesmo sem estudos formais ou universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Ao tomar os critérios da origem social desses fundadores do IHGB, constata-se um fenômeno já abordado pelo estudo de José Murilo de Carvalho¹³ em seu trabalho, acerca da elite política no

¹¹ BARBOSA, J. C. "Discurso", *Revista do IHGB*, 1, 1839, p. 9-18.

¹² GUIMARÃES, 1988 p. 9.

¹³ CARVALHO. José Murilo de. **A construção da ordem. A elite política imperial**. Rio de Janeiro. Campus. 1980.

Brasil durante o século XIX. Percebe-se que a participação nesse instituto era muito restrita, cabendo a ela a integração somente das poderosas oligarquias nacionais, ou se não das camadas mais abastadas do império, pois o ingresso no instituto era baseado em regras bastante rígidas¹⁴.

Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica passa a assumir forças mais claras a partir da estabilização do poder central monárquico entre 1849-50. Entretanto, o Instituto Histórico concentra esforços em escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador. Outrossim, o imperador passa a ter uma participação mais próxima do instituto, antes apenas limitava-se a reuniões anuais, contribuindo para a construção da imagem de uma monarca esclarecido e amigo das letras.

Paralelamente a essas novas transformações o IHGB passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos. A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológicos e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada, a partir da própria concepção de escrita partilhada pelos intelectuais que a integravam. Será tem torno da temática do indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena.

Dessa forma, é na historiografia que, antes mesmo da literatura romântica, se elegeu o indígena como símbolo da nova nação brasileira. Os fundadores do IHGB, segundo Arno Wehking, não dispendo de um passado medieval, recorreram à temática indígena para reconstruir a história e constituir uma identidade nacional.¹⁵ Januário da Cunha Barbosa representou muito bem esta tendência, como primeiro secretário do Instituto, preocupou-se com a temática indígena em seu texto “Qual seria o melhor sistema de colonizar os

¹⁴ Não que provocasse a falta de outros literatos ou pesquisadores de renome, como é o caso de Varnhagen e Gonçalves Dias, ou em anos posteriores, Silvio Romero e Euclides da Cunha (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

¹⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Vernhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 36-37.

índios entranhados em nossos sertões”¹⁶, buscando criar um símbolo para nosso passado por meio da figura do indígena.

Nesse sentido, todo o passado, de acordo com a historiografia da época, necessitava de personagens idealizados para marcar as características particulares da nação, fortalecendo assim a identidade cultural. Como nos mostra Schwarcz, “em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão estratégica”.¹⁷ Assim, o elogio a um indígena estilizado, isto é, romantizado aos moldes europeus e civilizado, tornava-se instrumento de construção de uma memória positiva do nosso passado, oferecendo a esperança de um futuro dignificante.

Januário da Cunha Barbosa via potencialidades civilizatórias no índio brasileiro, o que pode ser conferido em seu discurso, em 24 de agosto de 1839. Seu projeto era integrar o nativo à nova civilização pretendida pelo Império em constituição, criticava aqueles que tinham concebido os índios como feras e valorizava extremamente a religião como instrumento civilizatório:

Sou de opinião que a cathaquese é o meio o mais eficaz, e talvez único, de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos comandos da sociabilidade. Os índios do Brasil mais se domesticam pela catequese do que pelas armas.¹⁸

Sem dúvida, o cônego apresentava os indígenas com capacidade de se integrarem no projeto de construção do Estado nacional. Todavia, essa integração era pensada, a partir da aculturação e aceitação pelos nativos dos valores da sociedade “civilizada” europeia, ou da própria sociedade luso-brasileira da época. Outra herança mais próxima que fomentou a escrita no IHGB além do Iluminismo, veio do espaço intelectual francês, mais precisamente do “Institut Historique de Paris”, o qual durante seus primeiros anos, o instituto manteve um intenso contato¹⁹.

Em suma, com a história é possível aprender de forma a não se comprometer a marcha do progresso social. História vista segundo tal

¹⁶ BARBOSA, J. C. **Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-18, 1839b. Pretende-se manter a escrita original dos documentos de época para nos aproximarmos da produção histórica do período.

¹⁷ SCHWARCZ. 1998, p. 128.

¹⁸ BARBOSA. op. cit. p. 3-5.

¹⁹ GUIMARÃES, 1988, pg. 12.

instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também aqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional. O contato entre as duas instituições estendia-se ainda à troca de publicações e correspondências, e à abertura de espaço na revista do instituto parisiense para o tratamento de tema e veiculação de notícias relativas ao Brasil.

Na oportunidade, construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar. Guardadas as especificidades históricas de cada uma, próprias da natureza de discussão da “questão nacional” em seus respectivos espaços de origem, pensa-se o instituto parisiense como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, chancelando um peso de destaque a uma história nacional em construção. Com isso, as implicações de natureza imbricadas nesse propósito se materializam no projeto de construção da Nação, bem como, a escrita da história nacional tem assim os seus destinatários, não apenas no plano interno, como também no externo, baseado nessas duas frentes é que ela se constrói. O instituto seria nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, a luz a retirar a história brasileira de seu escuro caos. Tratava-se de buscar ou constituir um caráter nacional e para esse fim o IHGB deveria realizar a sua parte.

É preciso também, lembrar dos políticos comprometidos com o processo de consolidação da monarquia constitucional e do Estado centralizado, que partilhavam dessa percepção da necessidade de uma “ordem” que se contrapusesse ao “caos” das repúblicas vizinhas. Portanto, não era de se estranhar o comprometimento com o IHGB para definir o papel da instituição como única e legítima instância, a fim de escrever a história do Brasil e para trazer à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira. Percebe-se o Instituto Histórico como o lócus privilegiado, naquele momento, a partir de onde se “fala” sobre o Brasil.

A história é o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Entretanto, como o próprio nome do instituto carregava consigo os termos histórico e geográfico, cada uma dessas matérias deveria fornecer os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço, História

e Geografia, enquanto dois momentos de um mesmo processo englobando a Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais.

Como já se observa a tradição historiográfica iluminista na concepção de História do IHGB, tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como “mestra da vida”, é a tradição particular do iluminismo português, católico e conservador, que deixara suas marcas na geração futura do Instituto Histórico. Utilizando categorias próprias da história iluminista, vai-se tentar dar conta da especificidade nacional brasileira, em termos de sua identidade e o papel que caberá no conjunto de Nações.

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, normalmente aquelas ligas às questões de limites e fronteiras, vale dizer aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O domínio de um saber específico parece neste caso estar intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição.²⁰

Nesse sentido a concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, por meio de seu ofício, um papel central na condução dos rumos desse fim último da história. Todavia, a leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentimento político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB.

Contudo, esse aspecto político do projeto historiográfico pode ser vislumbrado, já quando do desenho de um instituto histórico com sede no Rio de Janeiro, a partir da qual seriam criadas instituições semelhantes nas províncias, como por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, o qual também será abordado nesse trabalho, que seriam instituições diretamente subordinadas aos princípios formulados na capital do Império, onde se deveria, em última instância, concentrar a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil.

O que chama a atenção no estabelecimento dessas instituições ao longo do século XIX é fato de quem mesmo, a partir de uma tentativa de unificação territorial por meio do discurso científico, o alto grau de fragmentação política acabou por fomentar regionalismos, no sentido inverso, uma vez que cada instituto, dirigido pelas elites locais, visava à construção de uma identidade

²⁰ GUIMARÃES, 1988, p. 15.

nacional, mas de acordo com suas próprias histórias e necessidades, tentando afastar dessa forma o fantasma da decadência política.

Atribui-se o IHGB o papel de instrumento de articulação de uma identidade nacional, entendida como ferramenta política para justificar a permanência da rígida hierarquia social de então. Porém, dentro da própria instituição a que foi relegada a missão de unificar as regiões do território brasileiro já existiam rugas políticas. É concedida também a essas instituições a tarefa de produzir um conhecimento sistematizado, segundo os primados da modernidade, de maneira a possibilitar a composição de um quadro de formação da identidade nacional.

Diferentemente como ocorrido na Europa, essa sistematização não congregou a totalidade da população, mas deu-se na exclusão de estratos sociais indesejados, segundo atributos raciais. O discurso científico a serviço da construção do Estado-nação, a partir de uma narrativa que articula o território e população segundo definições estritas.

À ideia de transformar o IHGB em centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil, articulam-se inúmeras medidas tomadas no interior da instituição, como um pedido aos presidentes de província o envio de seus relatórios anuais, interferindo assim na esfera de competência do Arquivo Nacional, criado no mesmo ano de 1838, ou ainda o plano de Januário da Cunha Barbosa de transformar o IHGB numa central de dados de natureza estatística, levantados nas diferentes províncias²¹. Concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos.

Os primeiros passos, que podem ser abordados no sentido de uma elaboração da história do Brasil, viria a ser publicada no IHGB pelo botânico e viajante alemão Karl Philipp Von Martius. O texto produzido pelo autor cujo título era: “Como se deve escrever a história do Brasil”, foi premiado mediante um concurso realizado por Januário da Cunha Barbosa, prêmio dado a quem melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil, o texto se reveste de um caráter pragmático.

A premiação outorgada ao trabalho expressa a concordância do IHGB com este projeto, que estará também presente no sentido dado por Vernhagem à sua obra história. Ou seja: a ideia da história nacional

²¹ GUIMARÃES, 1988, p. 16.

como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias.²²

No artigo o autor define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade ou especificidade à Nação, em processo de construção. Essa identidade estaria assegurada, se o historiador fosse capaz de realizar a mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito de democracia racial. Dessa forma, Von Martius propunha a primeira interpretação do Brasil que teria a responsabilidade de dar um formato ao caráter nacional do país. Esse objetivo ele contemplava ao afirmar que a singularidade da história brasileira estava relacionada à presença de três raças formadoras da sociedade colonial na América portuguesa. Ademais, essas três raças seriam: os índios, os portugueses e por último os negros africanos. A mescla dessas três raças, segundo Von Martius, proporcionaria uma definição de identidade à jovem nação e seria responsável pela construção de um novo povo e uma nova pátria. O que seria uma condição, a rigor, para a consolidação do Estado nacional.

Destaca-se que o texto de Von Martius propõe uma forma de tratar cada um dos três grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira, e inicia valorizando os estudos relativos aos indígenas, com a perspectiva de integrar a história nacional os conhecimentos por eles vinculados. Contudo, a atuação do homem branco ainda continua sendo sublinhada principalmente em seu papel “civilizador”, com o resgate especialmente da importância dos bandeirantes e das ordens religiosas nessa tarefa desbravadora e civilizatória.

Desse modo, do seu ponto de vista, o indígena mereceria um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. O negro por sua vez, obtém pouca atenção de Von Martius, reflexo de uma tendência que se solidificaria nesse modelo de produção da história nacional, ou seja, a visão do negro como fator de impedimento ao processo de civilização.

Segundo Von Martius, cabia ao português, no intuito de formar uma nova nação, a direção e a importância maior nesse processo de miscigenação. A partir

²² Ibid., p. 17.

do desenvolvimento comum, que seria determinado pela mistura racial, afirma o autor:

Disso necessariamente se segue o português que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influem naquele desenvolvimento; o português que deu as condições morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica.²³

Nesse projeto de história nacional, que afirmava o caráter singular da história brasileira na presença de negros, índios e portugueses, havia a defesa de que as raças inferiores, ou seja, índios e negros acabariam incorporadas à raça europeia e civilizadas. Sendo assim, o futuro da nação seria branca e europeia, no caso a portuguesa. Apesar de advogar para a causa da inclusão dos índios e do negro africano na escrita da história, essa inclusão era concebida a contar de uma perspectiva que subordinava o papel desses atores, como percebe-se mediante essa fala:

Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática²⁴, jamais poderão ser excluídos as suas relações para com as raças etiópicas e índia.²⁵

Em seu projeto de história, Von Martius enfatiza que os historiadores deveriam estudar os indígenas, porém existia um silêncio quanto aos negros africanos. Embora, salientando a necessidade da história considerar todos os que formavam e faziam parte da sociedade brasileira, cabia pouco espaço, no projeto do autor, o negro.

Observa-se também em Souza Doca estudos referentes as três raças formadoras do Brasil, que seriam segundo ele, o branco, o negro e o índio. Souza Doca postulava uma supremacia dos brancos sobre os índios e negros. Nesse sentido, ele parece ter se situado num nível intermediário entre a reprodução das teses racistas e a valorização do sincretismo cultural, esse último canalizado

²³ MARTIUS, Karl Philipp von. **Como se deve escrever a história do Brasil?** RIHGB, Rio de Janeiro, 1853, p. 188-189.

²⁴ Uma história pragmática, segunda concepção da época, era uma história que servisse de orientação para a sociedade de presente. WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Vernhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁵ MARTIUS, op. cit., p. 201.

para o estudo dos elementos culturais indígenas e sua miscigenação com os portugueses e brasileiros das estâncias.

Na defesa do projeto imperial bragantino, Von Martius acreditava que a história deveria servir como elemento integrador do país, principalmente em consideração a recente experiência de momentos conturbados, marcados por conflitos políticos e rebeliões nas províncias, nas décadas de 1830 e 1840, que ameaçavam o programa de centralização política e a manutenção da unidade nacional. Tratava-se então, de uma tentativa de enfatizar a unidade nacional a qualquer custo, tarefa que o Império havia atribuído a sua elite intelectual dentro do IHGB. Para Von Martius, precisava-se de um “historiador patriótico”, ou seja, um intelectual que produzisse um passado de acordo com a vontade do poder institucional, esquecendo e apagando da memória tudo que fosse inconveniente ou dificultasse a implementação do Estado imperial e seus fundamentos²⁶.

Tanto o cônego Januário da Cunha Barbosa quanto Von Martius foram responsáveis em apresentar propostas e iniciar a recuperação do passado nos princípios do Segundo Reinado, justamente em um momento de afirmação de um projeto político para a nação, que estava em desenvolvimento, seguindo a manutenção de uma ordem interna, oligárquica e baseada no trabalho escravo, preservando assim os interesses regionais e a ordem social. Tratava-se da construção do Estado Imperial brasileiro paralelamente a criação para a jovem nação. Um país em processo de independência precisava recordar e criar uma memória sobre o seu passado, forjando assim sua identidade nacional.

Neste sentido, a construção para saber o que esse povo era, significava ter os índios como temática privilegiada, não importando se esses personagens seriam recuperados em uma aproximação mais factível com a realidade do passado ou não, mas que servissem de elo de ligação com o passado para a criação da identidade nacional brasileira, em meados do século XIX. Por meio do IHGB desenvolveu-se uma historiografia que cumpriu seus objetivos, fabricando um passado idealizado para o Brasil. Possuindo um caráter oficial e nacionalista, típico do século XIX, essa escrita da história atuou no sentido de

²⁶ FÉRTIG, André. **História, memória e o Império do Brasil: Januário da Cunha Barbosa, Karl Von Martius e a criação de um passado para o Brasil.** Revista Sociais e Humanas CESH/UFMS, v. 19, n. 1, p. 47, 2006.

selecionar e inventar um passado para o Brasil, pretendendo assim forjar uma identidade nacional para os “brasileiros”.

Legitimados nos princípios da moderna historiografia, segundo os quais as fontes primárias desempenhariam para o trabalho do historiador um papel central, os integrantes do IHGB discutem os meios de localização de fontes imprescindíveis à história do Brasil. Será fundamentalmente mediante premiações e concursos que o IHGB e o próprio imperador, incentivarão uma produção de natureza historiográfica, entendida num sentido ampliado do que seja o trabalho historiográfico.

Á vista disso trabalhos voltados para a problemática indígena obterão também premiação, numa clara demonstração de que a reflexão sobre a “questão indígena” era parte substancial da discussão mais ampla relativa à questão nacional. Coerente com o objetivo a que se propôs, de esboçar o quadro da Nação, sendo que o IHGB incentivará ainda viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que venha a ser coletado elementos que subsidie a escrita da história nacional, particularmente material que se refere aos diversos grupos de indígenas.

Outro elemento chave para legitimar o discurso nacionalista dentro do IHGB foi a Revista publicada com regularidade pelo instituto. Além de registrar suas atividades por meio de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da revista se abrem à publicação de fontes primárias, como forma de preservar a informação nelas contida, de artigos, biografias e resenhas de obras.

Trabalhos referentes aos indígenas encontraram uma especial ressonância não só no interior da Revista, como nos meios letrados brasileiros daquele círculo, nas relações políticas, econômicas e sociais, em que tais discussões sobre a questão indígena estavam sendo produzidas. Para os círculos intelectuais, ocupar-se desse ganhava sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, ao envolver o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da Nação. Significava em suma pensar o lugar dessas populações indígenas no próprio desenvolvimento da Nação e identidade brasileira, trabalhos sobre as experiências jesuíticas com os indígenas também passarão

a ganhar notoriedade dentro da Revista, com o objetivo de valer-se dessas experiências históricas para implementação de um “processo de civilização” capaz de englobar também as referidas populações.

Sabe-se que a produção de um discurso sobre a questão indígena articula-se também com a problemática econômica do momento. A contar da década de 1840, os aspectos da natureza econômicos relativos ao problema da mão de obra dão um especial reforço ao debate da questão indígena conjuntamente articulado à discussão da escravidão negra e em seus variados aspectos, como a força de trabalho escravo e as grandes propriedades, além dada questão negra frente ao projeto de construção nacional. A reunião de material voltado a temática indígena instrumentalizaria a produção de um saber sobre esses grupos, orientando uma prática para visar solucionar o problema de mão de obra. A história mantém-se ainda como *magistra vitae*.

Desta forma a *história magistra vitae* acaba sendo um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio, eterniza-se aquilo que é suscetível de se tornar memorável, e cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas, assim o fato deve ser salvo, o que, por sua vez, pressupõem certo número de procedimentos metodológicos onde passa pela descoberta das fontes e se estende até a produção textual.

Uma segunda abordagem temática tratada na Revista diz respeito à publicações relativas aos desbravamentos e viagens pelo interior do território brasileiro, abordando questões de fronteiras e limites, suas riquezas naturais e novamente a questão indígena. Esses objetivos trata-se de definir com precisão os contornos físicos da Nação, integrando na sua imagem a elaboração de elementos continentais e grandes riquezas capazes de viabilizar em um futuro próximo a realização prela de sua identidade.

Os temas sobre a história regional das províncias passam também a ganhar espaço na Revista. Nessa abordagem é privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não suas especificidades, mas sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional.

Seria então, a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia

todos os conhecimentos relativos das províncias, caracterizando assim, no interior da instituição, um projeto claramente centralizador. Projeto esse, bem articulado a um conjunto de interesses econômicos e políticos, que explicam o porquê de certas tematizações de uma historiografia nacional em elaboração, visando uma soma de conhecimentos e a produção de um saber sobre o Brasil a contar de determinada ordem.

Nessa perspectiva, com a proclamação da República em 1889, o IHGB passa a ser o foco de disputas, por conta de seu potencial como órgão formulador da narrativa histórica brasileira. No primeiro momento a instituição é vista como abrigo de saudosistas do regime monárquico, dado a seu comprometimento com tal. Porém, a partir daí, frente à possibilidade de suas obsolescências frente ao novo contexto político do país, é efetuado um câmbio metodológico em seu interior. Sobretudo, a produção historiográfica, é estabelecida novos pressupostos, como a pretensa imparcialidade do autor, os usos de testemunhos como prova dos fatos e a existência de um hiato entre o acontecido e o relatado²⁷.

Essa mudança passa a direcionar as produções do IHGB, de modo que, parte-se da mesma intenção de estabelecer uma narrativa fundadora da identidade nacional, ao legitimar o regime republicano. Deve-se levar em conta que com o advento da República o instituto passa a perder poder simbólico em razão das relações mantidas entre a instituição e o governo imperial, no qual muitos dos seus membros exerciam ocupações burocráticas. Por essas ligações, o IHGB foi acossado por incertezas e retaliações.

É dessa maneira que alguns eventos históricos que até então eram tidos como atos de traição perante o império serão convertidos em bases de legitimação da nova ordem política. Pode-se citar a Confederação do Equador e a Inconfidência Mineira como marcos fundadores da República, rememorados a partir dos nomes de grandes homens, que passaram assim a figurar como heróis da Nação.

²⁷ HRUBY, Hugo. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos**. Anais do IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS, 2008.

1.2 O congêner regional: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS.

Em agosto de 1920, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, foi a partir desse período que o estado sulino passou a contar com uma entidade para afirmação da história, tanto regional como nacional. A criação do IHGRGS foi resultado da conjugação de fatores internos e externos à intelectualidade local, e foi produto das relações e tensões, dentro das estruturas de poder do estado, entre agentes sociais e entre instituições fundadas sobre interesses e coações intelectuais, sociais e políticas, na intersecção entre o regional e o nacional.

No momento da instalação do Instituto, os intelectuais passaram a atuar em conjunto pela realização de um projeto intelectual e político de fortalecimento do grupo e construção de uma identidade social. O IHGRGS conseguiu congrega parte da elite culta do estado, que se encontrava dispersa, e surgiu como um empreendimento “moderno” de atualização ou redefinição do universo cultural e intelectual sul-rio-grandense, criando assim uma imagem mais definida para si, condição necessária para o estabelecimento de uma identidade coletiva, ao mesmo tempo uma maior visibilidade para a intervenção nos debates públicos, como agente social de relevância.

Nessa perspectiva a identidade de grupo de intelectuais reunidos no IHGRGS não provinha de sua origem social, ou mesmo do compartilhamento dos mesmos pressupostos teóricos com que tratavam seus temas. Eram socialmente e politicamente heterogêneos, assim como possuíam uma pluralidade de posições e ideologias.

A coesão existia a contar do princípio de sentimento comum de falta de espaços políticos para o Rio Grande do Sul e de que os “estigmas” que pesavam sobre o estado e que os afetava como intelectuais, que tinha como resultado, o não reconhecimento público e simbólico diante dos intelectuais nacionais. Havia a necessidade de se construir uma identidade regional que desfizesse a imagem de “corpo estranho à nação”, aliando assim o interesse político de mais espaço de atuação, para os políticos do estado no âmbito nacional.

O alinhamento regional a uma lógica nacional era um pressuposto para os próprios intelectuais do estado ser “aceitos” pelos pares nacionais. A condição

de espaço periférico acentuava a dependência e subordinação da esfera intelectual local aos critérios de legitimidade ditados pelo centro do país, sendo que o nacionalismo emergia como principal baliza de legitimidade. A tarefa de definir a identidade nacional assumida pelos intelectuais brasileiros acabava por expor a problemática das identidades regionais como questões que precisavam ser articuladas e harmonizadas com o ideal nacionalista.

A formulação da identidade nacional trazia em seu bojo disputas regionais para tornar os atributos culturais dos estados aptos à concorrência, pelo caráter representativo da nação. Convém lembrar que até a década de 1930 os atributos culturais “mais representativos” da cultura nacional ainda não estavam definidos. Era um jogo completamente aberto, no qual as literaturas regionais do norte/nordeste e sudeste tinham nitidamente mais espaço, e no qual os Sul-rio-grandenses ficaram marcados e circunscritos como contribuição de alcance apenas regional.²⁸

O IHGRGS participou de um momento importante de composição de um espaço privilegiado, onde se pode constituir um conhecimento específico que procurava ocupar um espaço dentro os saberes, seria um lugar reservado a uma determinada memória e a um discurso historiográfico que a referendasse.

Com isso, desde meados do século XIX, os letrados sul-rio-grandenses vinham tentando a implantação de um Instituto Histórico e Geográfico, o próprio IHGB já previa a criação de congêneres regionais a partir de 1860, a fim de fomentar a participação das províncias nesse processo de escrita de uma História Nacional oficial para o Estado ainda recente. Esses institutos contribuíram com fontes para escrita da História Nacional. Ademais, funcionavam como locais de sociabilidade privilegiados nos quais se projetavam intelectuais locais. Apenas três institutos foram criados durante o império, seriam eles o de Alagoas, Ceará e Pernambuco. Em 1854, houve a primeira tentativa, sem sucesso, logo após em 1860 houve uma segunda tentativa e dessa vez o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro publicou uma revista trimensal, entre os anos de 1860 e 1863, e manteve-se por três anos, porém novamente o Instituto apresentou vida curta, com o desencadeamento da Guerra

²⁸ MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920 – 1956)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015. p. 54.

do Paraguai, pois muitos de seus membros acabaram participando do conflito, visto que eram políticos ou militares envolvidos diretamente na guerra.

O êxito da implantação do Instituto se insere em um contexto mais amplo, que começa no final no século XIX, por meio da criação de estruturas objetivas no âmbito da cultura, no estado que evidenciam e fortalecem a configuração de um espaço social dos homens de cultura dentro do espaço de poder. Destaca-se e observa-se durante o período uma imprensa vigorosa, com certo nível concorrência, instituições consolidadas de ensino superior, propagação de difusores do saber e da literatura, um mercado consumidor ainda que limitado, relativa elevação dos níveis de instrução primária e secundária e a criação de instituições públicas da cultura e urbanização. Porém essas circunstâncias não significam uma situação de autonomia da esfera intelectual em relação ao campo político, no século XX, porém, apontam para a formação de um espaço social de atuação intelectual que se torna progressivamente irredutível, mas articulado, ao espaço de poder.

Outra transformação importante contribuiu para a organização dos intelectuais do estado, foi a crise do sistema autoritário republicano. Quando o sistema gaúcho entrou em crise, isso abriu a oportunidade para que grupos antes silenciados ou invisíveis pudessem se organizar e ocupar espaços que anteriormente não ocupavam. Aproveitando-se da crise dos anos 1920, as oposições, se organizaram, até serem plenamente reconhecidas no jogo político. Os intelectuais, tomando ensejo no mesmo processo de crise e de novas oportunidades políticas, colocam-se como agentes coletivos, com peso relativo ou potencial na esfera política, reservando-se uma distância mínima do campo de poder, o que permitia a inclusão no seu interior de representantes da oposição política ao governo republicano. Como nos mostra Jeferson Teles Martins:

A crise sócio-política dos anos 1920 trouxe a oportunidade para novos arranjos e novas mobilizações políticas de agentes sociais alijados ou alheios às regras do jogo político comandado pelos republicanos. Sobretudo, estes novos arranjos, mobilizações e acomodações ocorreram no espaço social intraelites. Estavam excluídos desse processo os setores sociais estranhos as elites, como, operariado urbano e camponeses.²⁹

²⁹ MARTINS, 2015, p. 29.

A crise política nos anos 1920, foi sem dúvida, o processo revolucionário armado conhecido como “Revolução de 23”, desencadeado pela contestação do resultado das eleições de 1922 para a presidência do estado, em que a oposição acusava o governo de conseguir a reeleição de Borges de Medeiros mediante a fraude eleitoral. Esse embate civil foi a culminância de um processo de contestação e crise do modelo autoritário do Partido Republicano, cujos primeiros sinais podem ser observados com a crescente atuação da bancada federalista de oposição já em 1913.

A percepção dos intelectuais a respeito da crise pela qual passava a estrutura social e política os fez visualizar a possibilidade de organização da esfera intelectual em articulação com campo político que, naquele contexto, dava sinais de fragilização, oferecendo oportunidades políticas a grupos que até então, estavam marginalizados dentro do espaço de poder, produzindo assim o primeiro pico de mobilização coletiva dos intelectuais sul-rio-grandenses.

A relação entre republicanos e opositores numa mesma instituição é, até então, provavelmente um dado novo na experiência política rio-grandense. O IHGRGS foi um dos primeiros espaços de convivência de agentes políticos e intelectuais em pontos antagônicos no espectro político do estado.

A crise política, cujo seu ápice deu-se com a revolta armada, durante o ano de 1923, deve ser entendida como o momento de redefinição das estruturas políticas para vários setores sociais. O processo de enfraquecimento do sistema autoritário republicano possibilitou seus primeiros sinais já na década anterior, com isso criou-se uma oportunidade de organização e união das oposições, juntamente com a mobilização dos intelectuais como corporação coletiva, com vistas à configuração de um espaço social reconhecido e articulado com o espaço de poder.

Para isso, a instalação do IHGRGS insere-se no contexto de preocupação do IHGB de contar com institutos regionais que escrevessem sua história, coletando informações para a construção de uma história e identidade nacional, na qual seriam integradas. O instituto constituiu-se no lugar que determinou práticas e regras que deveriam, teórica e metodologicamente, serem seguidas e alinhadas para formular uma escrita da história que seriam vinculadas, a partir

de sua revista. No primeiro artigo do volume um da Revista do IHGRGS, Lindolfo Collor, define o conceito de história a ser considerado e aceito pelo instituto:

[...] a história, na sua concepção científica, não é o simples relato empyrico do predomínio de certos factores occasionaes, mas uma sciencia positiva baseada em leis tão immutaveis como as do numero, embora, pela sua colocação na hierarquia scientifica, essas leis sejam fatalmente menos geraes e mais complexas do que as das sciencias que lhe são inferiores.³⁰

Durante a inauguração do IHGRGS, o orador Souza Docca, afirma o compromisso do instituto tendo por base o IHGB, vinculando assim a produção ao contexto nacional:

Serviram-nos de base para a organização de nosso intituto os modelares estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a mais antiga de nossas academias [...] Os serviços prestados á nossa pátria por essa veneranda e utilíssima instituição são de um valor inestimável. As paginas brilhantes de sua “Revista” [...] é um manancial precioso de tudo que se relaciona com a nossa historia e geographia.³¹

Tal como o IHGB, o IHGRGS também contava com a publicação de uma revista que deveria ser trimestral, ter no mínimo de 150 páginas, e segundo os Estatutos, tinha como objetivo a edição de trabalhos dos seus associados. Todavia, eram produções que deveriam abordar sobre História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul, assim como abordar o folclore do estado e a língua indígena. Sobre a revista Lindolfo Collor aborda:

Vivendo precipuamente pela sua “Revista”, o Instituto Histórico valerá por um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre a historia e a geographia do Rio Grande. [...] será não só repositório de trabalhos originaes no gênero, mas ainda, e talvez sobretudo, um esforço continuado de methodico na divulgação de elementos históricos que jazem desconhecidos nos archivos públicos e particulares. [...] Visa também a “Revista do Instituto Historico” a reedição, em séries ou em volumes especiais, de obras escriptas sobre o Rio Grande do Sul e que, hoje, pela sua grande raridade, nem a todos é dado possuir ou siquer consultar, e cuja publicação, sempre que for oportuno, será acompanhada de notas e commentarios explicativos do texto original. Além disto, como já foi dito, a “Revista” será o vehiculo para a publicação de todos os trabalhos históricos e geográficos elaborados pelos sócios do Instituto.³²

³⁰ COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 4.

³¹ Discurso do tenente Souza Docca, orador oficial. **Revista Do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 128.

³² COLLOR, Lindolfo. Op. Cit., p. 6.

O trecho nos mostra que os trabalhos a serem publicados, além de originais, deveriam dar luz a fontes primárias, guardadas em arquivos, sendo inéditas, caracterizando uma das principais tarefas que cabem ao verdadeiro historiador. Também aborda o desenvolvimento de um trabalho que respeitasse a uma determinada metodologia, a qual daria voz aos documentos contidos nos arquivos.

Nesse sentido, Lindolfo Collor ao apontar o método a ser utilizado pelo historiador, diz que caberia ao estudioso copiar e publicar os documentos, ou seja, tendo como propósito ser o de um copista e não de interpretação do material consultado, devendo assim, trabalhar para salvar as informações que estavam guardadas em arquivos, sem outro objetivo. A revista tornou-se um cartão de visitas de historiadores, como Souza Docca, à medida que distribuía seus exemplares de suas publicações entre intelectuais e instituições do centro do país, tornava-se conhecido e reconhecido fora do território rio-grandense, e também, tornava-se porta-voz legítimo da história produzida pelo Rio Grande do Sul.

Sabe-se que suas produções eram vinculadas por meio da Revista do próprio instituto onde eram apresentados sobre a história e geografia do Rio Grande do Sul e sua inserção no cenário do país. Lindolfo Collor destaca o papel do IHGRGS como:

Toda a nossa história de luctas heroicas sustentadas em pról das fronteiras Moraes e políticas da nacionalidade, todo o nosso anseio pela conquista da liberdade publica, toda a nossa secular vibração patriótica em faze dos inimigos da Pátria, assim como a admirável evolução pacifica das nossas instituições privadas e politicas, tudo isto está a exigir o aparecimento de inteligências capazes de, pela evocação do passado, melhor preparar o futuro do nosso idolatrado Rio Grande.³³

Ao considerar uma análise do primeiro artigo do Estatuto, Souza Docca lembrava que os objetivos do Instituto iam além do fazer história do Rio Grande Do Sul. A história regional estava estritamente vinculada não só à do Brasil como à geral, assim como a história nacional não poderia ser escrita sem a de seus Estados, reiterando a razão pela qual se deveria escrever uma história regional integrada à história do Brasil.³⁴

³³ COLLOR, 1921, p. 6.

³⁴ DOCCA, 1921, p. 133.

Já em 1920, o IHGRGS contava com 52 sócios fundadores. Contudo, dividindo-se em sua maioria entre advogados, jornalistas, militares e professores. É importante salientar que o exercício das atividades referidas, estavam direta ou indiretamente ligadas ao engajamento em questões de cunho político-partidário. Relação essa que fica mais evidente se considerar, no contexto a República Velha, pois as redes sociais invariavelmente substituíam o critério meritocrático na constituição das carreiras profissionais.

A função mais “disputada” no Instituto era a de orador. Revezaram-se nessa tarefa Aurélio Porto, Souza Docca e Adroaldo Mesquita. Souza Docca e Adroaldo Mesquita foram os sócios que mais contribuíram para a Revista, seja como autores de textos inéditos, como comentadores/críticos bibliográficos e de documentos publicados, ou como tradutores, sendo os dois personagens sócios fundadores, ingressos no IHGRGS no dia 05 de agosto de 1920³⁵.

Quanto à missão de sistematizar o conhecimento histórico do Estado vê-se que os autores tinham em comum o objetivo de escrever uma história científica, percebida como um processo linear, marcada pela noção do progresso. Buscava-se constituir uma história do Rio Grande do Sul como mais uma parte da história do país. Entretanto, homens que participaram do processo de sistematização do discurso historiográfico que teve como partida o conceito moderno de história.

Assim, as aspirações dos membros do Instituto levam a caracterizá-los como uma geração que tem ainda como elementos fundados o estabelecimento e a permanência de um espaço reservado, para a construção da ciência história moderna, herança de uma elite intelectual de tradição iluminista³⁶.

Para Lindolfo Collor ao expressar “o passado está prenhe do futuro” no primeiro artigo do primeiro número da Revista do Instituto, estabelecia o objetivo dos homens que se reuniram para escrever a história no Rio Grande do Sul, nos

³⁵ SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenhe do futuro”: A escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Conferir Anexo II.

³⁶ Observamos a definição de Guimarães para o espaço formatado pelo IHGB, que configura também o IHGRGS: “[...] o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil [...] vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.” GUIMARÃES, 1988, p.5.

anos vinte do século XX. A frase define o regime de historicidade que nortearia a produção da entidade.

Dessa forma, o futuro seria o resultado de experiências vividas em um passado que não estava ultrapassado e que deveria ser sintetizado, por isso cabia à entidade recupera-lo e conserva-lo, pois serviria de fundamento para ações dos homens do futuro. Percebe-se que o pressuposto que garantiria a boa história para os membros do IHGRGS era a construção de um discurso objetivo. Com isso, as fontes seriam tratadas de acordo com seus status, ou seja, são percebidas de duas formas: ou seriam falsas ou verdadeiras, e a partir daí seriam atribuídas suas relevâncias.

Os motivos pelos quais se toma a fonte como fidedigna ou não são expostos de forma explícita ao longo dos artigos. Os textos apresentam certa uniformidade: são assinados, trazem um grande número de notas de rodapé, carregam o estilo da escrita de seus autores e trazem a verdade em suas páginas.

Os artigos apresentavam notas que traziam tanto referências bibliográficas como esclarecimentos acerca do que estava sendo tratado. Eram utilizadas como um recurso metodológico no sentido mais estrito, ou seja, trazer informações que legitimassem o que estava sendo afirmado pelo autor através de uma fonte que já havia estabelecido o mesmo anteriormente por outro.

Outra característica que pode ser apontada nos artigos analisados corresponde à identificação de certo estilo de escrita. O IHGRGS apregoava como princípio um método científico que objetivava um texto narrativo ocupado com os fatos históricos, sem intervenção do autor e que primava pela “verdadeira história que está nos arquivos”, posto que essa deveria ser escrita “apreciando os factos na linguagem calma, desapaixonada, apresentar os vivos e os mortos, taes quaes são ou taes e quaes foram”³⁷.

Na oportunidade as fontes usadas pelos autores do Instituto constituem-se, essencialmente, de documentos e testemunhos. Fundamentavam seus textos, a partir de testemunhos fidedignos, testemunhos oculares que trazem a “verdade” em suas falas porque lá estiveram. Observa-se em Souza Docca, que

³⁷ BRAZILIENSE, Américo. **Acta da Sessão de Instalação e Posse**. Revista do IHGRGS. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 131.

afirmava em seu texto, onde havia escrito com base em um testemunho duplamente validado, pois, “Foi escrita essa Memória por uma testemunha ocular a quem se comunicarão, além disso, por ordem superior, diversos documentos officiaes”³⁸. Salientando então, tratar-se da memória de alguém que esteve lá e que ao mesmo tempo era portador de documentos oficiais, o autor evidencia uma dupla validação para sua fonte.

A *historia magistra vitae* também acaba sendo um princípio organizador e que orienta a escrita no IHGRGS. Ao utilizar-se Koselleck e seu artigo acerca do *Topos* do conceito antigo de história³⁹ o autor ocupa-se basicamente do estudo dos conceitos. Segundo o autor, o antigo conceito de história (*historie*), que tinha como uma das características a fórmula da história exemplar, foi sendo modificado até ser preterido pelo conceito moderno (*Geschichte*), que apresenta um discurso historiográfico com uma nova perspectiva de tempo, onde a história linear da humanidade a leva ao futuro, ao progresso.

Dado o exposto, o velho *topos* de que a história é mestra da vida funda-se no princípio de que na história estariam contidas diversas experiências alheias, das quais os homens se apropriam com um objetivo pedagógico. Durante séculos, o *topos* da *magistra vitae* orientou a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto e a maneira de sua produção. Os estudiosos não consideravam a singularidade do tempo da história, o espaço de experiência constituía-se no passado.

Segundo Koselleck, a expressão *historia magistra vitae* foi cunhada por Cícero ao referir-se a modelos helenísticos que, por meio de sua oratória, foram imortalizados pela história que os trazia como exemplos de instrução para a vida. O autor refere-se ainda a Cícero como o defensor mais vigoroso do *topos*, se comparado a Tucídides, pois legou para sempre á sua história o status de patrimônio para que se pudessem reconhecer no futuro casos semelhantes.

Acredita-se que o uso como ensinamento para a vida política do princípio da *historia magistra vitae* era voltado não apenas a admirar os antigos, mas,

³⁸ DOCCA, Souza. **República rio-grandense: subsídios para sua história: memória histórica sobre as causas e os acontecimentos que mais imediatamente precederam a sedição de 20 de setembro de 1835, na cidade de Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul.** Revista do IHGRGS. III e IV Trimestre, Ano III, 1923. p. 401.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 41.

imitá-los. Além disso, o uso político era considerado possível, já que exemplos passados poderiam ser usados de novo em uma oportunidade semelhante, destacando a noção de um tempo que se reproduzia, por isso poderia se aprender com o que já aconteceu.

Dessarte, esse princípio refletia a definição de certo tipo de história identificada com a concepção de natureza que não se modificava que era constituída por ciclos, por períodos que se repetiriam. Mesmo que não se possa aprender nada a partir da história, resta no fim uma certeza adquirida a contar da experiência, um ensinamento histórico, auxiliando aqueles que os conhecem tornando-os mais espertos ou sábios. Koselleck destaca: “O papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintoma da continuidade que encerrava em si, conjuntamente, passado e futuro”⁴⁰.

A modernidade inaugura uma nova relação entre o passado e o futuro. Assim se estabelece um novo espaço de experiência, onde diferentes tempos e períodos, passíveis de alternância, tomara o lugar reservado ao passado entendido como exemplo. Para a história dos conceitos de Koselleck, além da transformação semântica ocorrida pela definição de história, houve a compleição de uma nova palavra para defini-la.

A fórmula da *magistra* não tem mais lugar a partir do momento em que a história passa a ser vista como acontecimento único ou como um complexo de acontecimentos (*Geschichte*), incapaz de instruir-se da mesma forma que uma história compreendida como relato exemplar (*historie*). *Geschichte* (“Nova” história) constitui-se como um coletivo singular que traz a noção de tempo baseada no deslocamento do espaço da experiência que não mais está presente no passado, mas em uma noção de futuro de progresso. O tempo histórico estabelecido, a de então traz a separação entre o tempo da história e o da natureza, a temporalização da história distancia-se da cronologia natural.

Até o século XVIII, duas categorias do tempo natural asseguravam a sequência e o cálculo dos eventos históricos: o movimento das estrelas e a sequência natural de governantes e dinastias”. O tempo da história passa a ser determinado por ela mesma, obra da filosófica da história que toma o progresso como categoria que manifesta o “tempo histórico, transcendente à natureza e imanente à história.”⁴¹

⁴⁰ KOSELLECK, 2006 p. 46.

⁴¹ Ibid., p. 54, 55.

O contexto de tais mudanças explica o porquê da valorização da ação do homem, e do não reconhecimento do passado como espaço pleno da experiência, pois a Europa vivia o momento da Revolução Francesa, conjuntura inédita e de incertezas que não encontrava referência no espaço de experiências do passado.

Passado e futuro jamais coincidem [...] Uma experiência acabada é tanto completa quanto passada, ao passo que aquela que se realizará no futuro desfaz-se em uma infinidade de diferentes extensões temporais. [...] É o futuro do tempo histórico, e não seu passado, que torna dessemelhante o que é semelhante”.⁴²

Corroborar-se que os membros do Instituto, ao teorizarem acerca da maneira como se deveria escrever a história, referem-se a um discurso historiográfico, livre de paixões do historiador e objetivo, um discurso que traga a “verdade” histórica. Escreviam a história como um relato exemplar que serviria como fundamento para uma tomada de posição acertada no futuro. Para tais letrados, a história, na verdade, constituía-se de um tempo homogêneo que poderia ser revisitado a qualquer momento, bastando consultar os documentos. A referência do orador Souza Docca:

Que me importam as objurgatorias e as sentenças da crítica oficial?! Há mentiras em nossa história que devem ser destruídas, há falsos heróis, cobertos de louros, e grandes francezes completamente esquecidos. A história não é intangível aos olhos perscrutadores do analista e do estudioso. [...] Escrevo e relato estudando e investigando. História com documentos na mão.” [...] Assim deve ser todo o historiador. E aquele que á sua inteligência não ajudar honestidade, para repelir as insinuações corruptas; independência para dizer sem reboço o que sente, e coragem para proclamar a verdade, não passará de um mero e ridículo contador de anedotas.⁴³

Nessa condição composta por nuances do conceito moderno de história e do modelo antigo, a partir das reflexões de Koselleck, situa-se a constituição do discurso historiográfico dentro do IHGRGS. Tendo em vista a “afirmação do velho *topos* de que a história é mestra da vida” e que “o papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintonia da continuidade que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e futuro”, a escrita da história no Instituto caracterizava-se pela evocação de um passado glorioso.⁴⁴

⁴² Ibid., p. 55. 56.

⁴³ Discurso do orador oficial, tenente Souza Docca, 1921, p. 131.

⁴⁴ KOSELLECK, 2006, p. 46

Os historiadores que criaram o IHGRGS tomaram para si a missão de formular valores, que ressignificasse os atributos regionais mediante a disciplinarização da memória e da identidade regional para o Rio Grande do Sul, conseqüentemente articulada com a identidade nacional. Era uma missão política de alçar o estado ao centro do poder nacional, pois para assumir uma liderança nacional não poderiam restar dúvidas da brasilidade dos gaúchos. A relação entre nação e região já apareceu no primeiro volume da revista do Instituto, Souza Docca dizia que o IHGRGS não deveria “fazer história exclusivamente rio-grandense, porque isso seria inominável absurdo”.⁴⁵ Justificava: “sabemos todos que a história do Rio Grande do Sul está estreitamente vinculada aos principais fatos da história do Brasil e da civilização”⁴⁶.

Pesava sobre o Rio Grande do Sul, e os gaúchos, a ideia de “separatistas” e “corpo estranho à nação”. Os intelectuais do estado viam a necessidade de reverter todos esses estigmas. A marca separatista é decorrente da Revolução Farroupilha e precisava ser substituída por um inquestionável federalismo farrapo. A ideia de “bárbaros” deveria ser trocada pela imagem militar do gaúcho como um bom soldado, cumpridor de ordens. E ao invés de “corpo estranho à nação” o gaúcho passa a ser retratado como o mais brasileiro dos estados, porque nunca cessou de defender o Brasil e as suas fronteiras.

O IHGRGS se estabeleceu como um projeto de atualização e “modernização” do universo cultural e político rio-grandense, no momento da tentativa de superação do isolacionismo político do estado. A produção histórica do instituto com fins patrióticos foi marcada pela busca da vinculação de sua história com o projeto de construção do Brasil, pela inclusão dos heróis gaúchos no panteão dos heróis nacionais, pela ênfase na história política, militar e diplomática. Todavia, a escrita da história produzida foi uma narrativa de grandes datas, batalhas, tratados e de grandes vultos. Essa narrativa patriótica era assimilada por meio do regionalismo como unidade de referência.

Logo, o objetivo da Instituição repousava sobre a escrita de uma história objetiva, baseada no método científico positivista. Tinha como preocupação o

⁴⁵ DOCCA, 1921, p. 133.

⁴⁶ DOCCA, 1921, p. 133.

estabelecimento da verdade, a qual seria alcançada mediante a utilização do método postulado. A operação historiográfica definida pelo IHGRGS combinava um lugar social, práticas científicas e uma escrita que era divulgada a partir de sua Revista, legitimando um discurso historiográfico, que fosse resultado de seu método e negando o caráter científico a produções que não compartilhassem dos preceitos de tal lugar.

CAPÍTULO 2

Recortes biográficos e a escrita da história de Souza Docca.

2.1 Fragmentos biográficos e a sistematização da escrita da história de Souza Docca.

Neste capítulo será apresentada uma aproximação de Souza Docca, com fragmentos bibliográficos e seu pensamento quanto na constituição de sua historiografia, isto é, uma revisão de sua bibliografia por meio de seus trabalhos.

Emílio de Souza Docca nasceu na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul em 1884, devido à cidade estar situada na fronteira com a Argentina, sendo o Rio Uruguai o divisor entre as duas nações e palco de diversos combates e lutas, o local sempre representou o caráter nacional dos rio-grandenses, onde eram representados como sentinelas da nacionalidade.

Souza Docca ingressou no exército aos 15 anos em 1899, onde seu pai, o coronel José Fernandes de Souza Docca, havia servido e lutado pelo Brasil na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai, onde posteriormente tornou-se estancieiro na mesma cidade. Sabe-se que Docca permaneceu nas fileiras do exército até sua morte em 1945. Devido a suas funções no exército, passou pelos mais distintos lugares dentro do território nacional, além de São Borja, residiu em Porto Alegre, Recife, Mato Grosso e na maior parte de sua vida, no Rio de Janeiro. Já no Rio de Janeiro enquanto capital da república, atingiu o posto de general em 1941. Essa mobilidade a qual o acompanhou durante sua vida, tornou a possibilidade de conhecer mais o país do qual se ufanava e a produzir seus escritos no horizonte amplo de múltiplos espaços, buscando refletir uma “essência” brasileira.

Desse modo, a formação da intelectualidade brasileira no âmbito das humanidades, quando realizada, era efetivada na maioria das vezes de forma auto didática, pois no país reinavam os cursos superiores formadores da tríade direito-medicina-engenharia. Nesse contexto, Souza Docca não foi exceção, sua formação humanística foi realizada fora das instituições. Os cursos de caráter institucional feitos por ele foram realizados por meio do Exército. Assim não atribui-se o título de historiador apenas aqueles que tiveram formação acadêmica, pois seria praticamente impossível falar de historiadores na primeira

metade do século XX, a não ser que fosse mencionado aqueles que fizeram história sem serem historiadores de formação institucional, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

O primeiro trabalho de Souza Docca foi publicado em 1912 enquanto sargento e residindo em Porto Alegre. Tratava-se de *A batalha de Tuiuti*, publicada na Revista dos Militares⁴⁷. É importante contextualizar a sua produção, marcada por uma capacidade de enaltecer a sua profissão e a dos colegas de armas. Em grande parte dos seus textos, havia uma preocupação em manter o prestígio da farda e da nação. Características que observa-se também em seu livro publicado em 1919: *Causas da Guerra com o Paraguay*.

Em 1931, Souza Docca publica uma obra intitulada *O Brasil no Prata*⁴⁸. Sua ideia era de que as invasões luso-brasileiras na Banda Oriental, não foram decorrentes de um imperialismo exclusivamente luso-brasileiro. O autor não negava que havia interesse da Coroa fixar no Rio da Prata os limites meridionais do Império, os quais eram, para o autor, ideias de alta visão política e econômica⁴⁹.

O determinismo geográfico foi concebido, em certa medida, como uma justificativa para o imperialismo. Segundo Souza Docca, a Cisplatina, atual Uruguai, estava ligado ao Brasil sem qualquer tipo de obstrução geográfica, mas sim, “por um território contínuo, motivo porque nenhuma diferença se nota ao transpor a atual fronteira política entre o Brasil e o Uruguai, determinada em grande extensão por uma linha seca”⁵⁰. Sendo assim, seria justificável o domínio luso-brasileiro apenas por uma continuidade espacial, por um espaço físico homogêneo, “um limite natural, ideal a ser conquistado” pela coroa portuguesa⁵¹.

Segundo Souza Docca tentava afastar a ideia de que o Brasil era um estado de natureza beligerante. A geografia não era um fator suficientemente plausível para negar o imperialismo como um estigma brasileiro. Então, tratou de usar um conceito explicativo e aplicável a todos os acontecimentos do passado, de modo que o Brasil figurasse apenas como um agente entre outros

⁴⁷ *A batalha de Tuiuti* foi publicada na Revista dos Militares em julho de 1912.

⁴⁸ DOCCA, Emílio de Souza. O Brasil no Prata: ocupação da Banda Oriental (1811-1816). **Revista do IHGRS**. Porto Alegre, n.41, 1931.

⁴⁹ DOCCA, Emílio de Souza, O Brasil no Prata..., op. cit., p. 10-11.

⁵⁰ Ibid., p. 13.

⁵¹ Ibid., p. 23.

de mesma natureza, nesse caso humana, e não nacional. A operação disjuntiva entre imperialismo e identidade brasileira era uma forma de higienização do passado. De modo a abrir espaço para fundação do mito de pacificidade num futuro que para Souza Docca, já era passado enquanto evento, mas potencialmente aberto para um horizonte de futuro que o próprio autor iria viver.

Afirmava Souza Docca: “a existência do imperialismo em todos os tempos e por toda a parte evidencia que ele é, como com verdadeira intuição dos sentimentos humanos, uma fatalidade que constrange e utiliza o “home” a seu serviço”⁵². Na América, os Estados Unidos desde 1860, lembrava o autor, caminhavam para a conquista das Antilhas: “primeiro como expansão natural e depois como consequência lógica do desenvolvimento da Doutrina Monroe”⁵³. Com isso, a universalização do espaço em que ocorreram as intervenções do Brasil no Prata, todas as ações passadas se tornaram transcendentais a uma ideia de nação. A palavra de ordem, nesse caso, era civilização. Entretanto, não era a nacionalidade, ao menos no âmbito brasileiro, que ditava as normas de conduta dos agentes históricos.

A maior parte das suas publicações ocorreu a partir de 1932, já no Rio de Janeiro, onde encontrou terreno fértil com uma atmosfera intelectual propícia. Apesar de ter residência estável no estado/cidade, suas viagens para conferências, confraternizações, reuniões com amigos e intelectuais seguiram continuamente em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco. Das obras de Souza Docca, quase todas tiveram algum vínculo com aquelas instituições das quais fez parte.

Denota-se que muitos artigos foram publicados nas revistas especializadas e outras eram partes de suas conferências. Entre livros, artigos e outros textos, o autor produziu em torno de 50 obras. Por meio de Foucault, pensa-se que obra não pode ser considerada “como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea”⁵⁴. O autor acrescenta: “não se trata é claro, de recusá-las definitivamente [as formas prévias de

⁵² DOCCA, Emílio de Souza, *O Brasil...*, op. cit., p.15.

⁵³ Ibid., p. 16.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p.27.

continuidade, como ideia da “obra”, “autor”, mas sacudir a quietude com a qual as aceita-se”⁵⁵.

Predominava nos textos de Souza Docca, a preocupação em apreender o caráter nacional brasileiro, suas especificidades regionais, o papel do Exército na formação da nacionalidade, bem como a própria identidade institucional das Forças Armadas e, sobretudo, do Brasil. Observa-se o relato feito pelo autor sobre os marinheiros mortos no combate de Monte Santiago:

Nenhum deles mais existe em matéria, não tem mais personalidade *physica*, mas o espírito grandioso que retesava e movia seus braços intrêmulos, existe ainda vivo, palpitante e aque nos congrega, em homenagem justíssima às suas cinzas veneradas, às suas memórias inesquecíveis, aos seus feitos gloriosos.⁵⁶

Apesar de ser um autor de seu tempo, suas questões ainda estão em aberto para estudiosos, como por exemplo, a ideia da identidade nacional e, no plano teórico, a ausência de uma perspectiva única para pensar a história e a “essência” do Brasil.

Sobre pensar a produção histórica em seu contexto e sua relação com as demandas da sociedade que a produziu, Certeau aborda:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faça parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.⁵⁷

Segundo o autor, toda pesquisa histórica está vinculada a um lugar de produção (que pode ser social, político e cultural), a uma profissão liberal, uma categoria de letrados, um posto de observação ou de ensino, essa está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel, op. cit., p.29

⁵⁶ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. **Combate de monte Santiago**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo 10, Vol. 155, pg. 141 – 146, 1ªed. 1927, pg. 142.

⁵⁷ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História/Michel de Certeau**; tradução Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2013. Pg 46-47

Para Certeau, esse lugar determina os métodos e os documentos que são utilizados na escrita historiográfica.

De acordo com o autor, analisa-se a historiografia como uma operação que combina um lugar social (meio, profissão, recrutamento), práticas científicas (conjunto de regras que controlam a forma de escrever a história) e a escrita (literatura produzida). Toda concepção de história ou modo de narrar o passado faz parte de um regime de historicidade, um plano de pensamento de longa duração ou uma ordem do tempo, que permite ou proíbe pensar certas ideias, e mediante isso, também no primeiro capítulo, apresenta-se as influências teóricas e as origens históricas das narrativas abordadas pelos autores. De acordo com Hartog:

O regime de historicidade é apenas uma das maneiras de articular as categorias do passado, do presente e do futuro. Isso não implica que haja uma maneira boa e outra ruim de articulá-las. E isso não implica que as formas que já existiram devam sempre existir ou que devam ser impostas a outras.⁵⁸

Corroborar-se que a questão da identidade nacional foi uma preocupação da intelectualidade brasileira desde os tempos da independência. Foi sistematizada primeiramente a partir da criação do IHGB na primeira metade do século XIX, cujo objetivo era formar uma identidade e uma história nacional. Na virada do século XX a questão nacional ainda ocupava a pauta de muitos autores como Olavo Bilac, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues.

Durante a primeira metade do século XX a busca pela identidade nacional ainda estava em voga, tendo como principais centros de debate os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, seguindo o movimento modernista. Assim segundo Ângela Maria de Castro Gomes, o modernismo foi um movimento de ideias que circulou pelos principais núcleos urbanos do país a partir dos anos dez, assumindo características mais diferenciadas com o passar das décadas seguintes, sua palavra de ordem era “criar a nação”⁵⁹.

Poetas como Olavo Bilac difundiram suas ideias acerca da defesa da nacionalidade. Já no desenvolvimento da discussão entre nacionalismo-

⁵⁸ HARTOG, François. **História, historiografia e tempo presente**. Revista **História da Historiografia**. Ouro Preto. Nº 10. dezembro. 2012. Pg 365.

⁵⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p.63.

regionalismo, afirma-se que as ideias de Souza Docca se aproximavam da vertente verde-amarela do movimento modernista. Tal vertente preconizava que o regionalismo não deveria ser encarado como motivo de vergonha e de atraso, as diferenças existentes entre as regiões do país eram vistas como partes de uma totalidade corporificada pela nação.

As reflexões do autor em torno da identidade brasileira levaram-no a postular uma ideia sobre o mito da pacificidade do brasileiro. Esse pensamento alcançou ampla difusão no pensar brasileiro, e autores como Sérgio Buarque de Holanda foram alguns que se debruçaram sobre o mito.

A imagem do Brasil que pairava na consciência coletiva era que o país seria constituído por um povo bondoso, ordeiro, avesso às guerras. “A ideia que de preferência forma-se para o nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo” dizia Sergio Buarque de Holanda⁶⁰. O século XIX parece ter marcado definitivamente a origem mitológica da pacificidade dos brasileiros, assim reproduziu o mito da pacificidade para explicar a substancialidade brasileira, a contar de um evento no século XIX.

A Guerra do Paraguai foi uma questão importante, polêmica e comprometedora da índole de paz brasileira. Ao escrever *Causas da Guerra com o Paraguay*, Souza Docca busca refutar outros autores de que o Brasil teria sido responsável pelo conflito. As ideias de pacificidade e temperança já eram louvadas pelo autor como marcas identitárias do Brasil em 1919, durante a publicação do livro. Ao afirmar ainda o caráter brasileiro, mencionou a concepção de uma ação defensiva brasileira no Paraguai:

Um governo que, como o brasileiro, sempre se manifesta amigo da paz e que, para em relevo por esse sentimento, chegará até a descurar da proteção de seus súditos; um governo que, como o brasileiro, havia tolerado agravos à sua nacionalidade, para manter boa vizinhança; um governo que, como o brasileiro, consentia generosamente que um devedor deixasse de satisfazer velho compromisso de honra e lançasse mão dos meios destinados à satisfação desse dever, para pagar credor exigente e que se impunha; um governo que assim procedia, somente para não afligir seu vizinho com que queria viver em harmonia – não seria capaz de ordenar a um ministro que fosse a casa desse vizinho e , com razão ou sem ela, lhe declarasse guerra.⁶¹

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília: Ed. Da UNB, 1963, p. 171.

⁶¹ DOCCA, Emílio de Souza. **Causas da Guerra do Paraguai: autores e responsáveis**. Porto Alegre: Americana, 1919, p. 83.

Cabe ressaltar o nacionalismo de Souza Docca, mesmo que havia uma construção de uma ideia de nacionalidade, sendo muitas vezes alicerçada em um nacionalismo que colocava o Brasil numa condição de superioridade em relação a outros países, principalmente com vizinhos platino.

Souza Docca, postulava uma história verdadeira, uma história positiva designada como “a verdade dos arquivos”⁶², assim como “a história não é convencional e, sim, expositiva imparcial, serena, verdadeira”⁶³. Para o autor, tratava-se de construir uma história verídica, no sentido da fidelidade às fontes. A narração da história deveria ser feita, com amparo nos documentos históricos, do contrário, o conhecimento seria mera fantasia e anti-história.

Sendo a atividade do historiador a qual propriamente Souza Docca se referia, onde o melhor serviço que esse poderia prestar à pátria e à nação era registrar os acontecimentos à luz da verdade, a essência dos acontecimentos, bem como “a luz da verdade” eram garantidas pelo documento. Sem eles, a história não era possível, pois a verdade era uma forma de legar a posteridade, uma ontologia do passado.

Que com um sol radioso e lindo deve iluminar sempre a consciência de quem escreve, para que assim possa, sem preocupações subalternas, mostrar aos que estudam e transmitir à posteridade a essência dos acontecimentos.⁶⁴

É interessante observar como Souza Docca tratava as questões sobre as raças formadoras da nação e a figura do herói. Para o autor as raças que formavam a tríade formadora do Brasil foram o branco, o negro e o indígena. Esse era o pensamento de muitos autores da primeira metade do século XX, como Euclides da Cunha e Silvio Romero. Para esses autores o estudo da história e da formação brasileira devia passar pelo estudo do meio e da raça.⁶⁵ Os intelectuais do início do século XX, incluindo Souza Docca, atribuíam seus estudos um caráter científico, apesar de não dispor das mesmas informações

⁶² DOCCA, Emílio de Souza. Pela verdade histórica. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n.46, 1932.

⁶³ DOCCA, Emílio de Souza. **Nota preliminar sobre a Guerra do Paraguai**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo 102, Vol. 156, 2ªed. 1927. Pg. 11.

⁶⁴ DOCCA, Emílio de Souza. **Causas da Guerra do Paraguai: autores e responsáveis**. Porto Alegre: Americana, 1919, p. 2-3.

⁶⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.19.

que possuímos hoje, viviam em uma atmosfera cientificista decorrente dos avanços da ciência.

Os estudos raciológicos de Souza Docca foram no âmbito regional, quando o autor estudou a Revolução Farroupilha a fim de sustentar a brasilidade dos revoltosos que participaram do conflito. O autor não assumia a tese de branqueamento da população brasileira, porém postulava uma supremacia dos brancos sobre os negros e indígenas. No livro *História do Rio Grande do Sul*, ele dedicou apenas duas páginas para analisar os diversos grupos étnicos provenientes da África que aportaram no Brasil⁶⁶.

O indígena para Souza Docca estava em um patamar acima do negro. Segundo o autor os índios brasileiros eram civilizados e até possuíam métodos para a “classificação dos exemplares botânicos e zoológicos e para a descrição das regiões com todos seus acidentes geográficos”⁶⁷. Ademais os indígenas eram vistos como profícuos, quando “obrigados a trabalhar”, segundo o autor, davam excelentes resultados, como nas Missões: “o esplendor das missões Orientais, onde os únicos operários eram os indígenas, prova a capacidade destes para o trabalho geral”⁶⁸, assim como também nas estâncias. Não obstante, para Souza Docca, o papel dos indígenas na formação do ser brasileiro não era compatível àquele desempenhado pelo homem branco.

É interessante notar a descrição do autor para com os colonizadores do Rio Grande do Sul. Segundo Souza Docca, “o elemento branco que constituiu a base do tipo sul-rio-grandense foi o português e os brasileiros de São Paulo, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da Bahia”⁶⁹. Os colonizadores do Rio Grande do Sul eram segundo Souza Docca:

De compleição robusta, morigerados, econômicos, com verdadeiro culto pela honra, nunca faltado à palavra empenhada; afeitos ao trabalho: sem grande predileção pelo serviço das armas o que,

⁶⁶ No capítulo do livro onde Souza Docca fez o estudo dos “grupos raciais”, além das duas páginas dedicadas aos negros, o autor dedicou 8 para os brancos e 12 para análise dos indígenas.

⁶⁷ DOCCA, Emílio de Souza. **O estudo da história**. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1928, p.146.

⁶⁸ DOCCA, Emílio de Souza. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954, p. 79.

⁶⁹ DOCCA, Emílio de Souza. **O porque da brasilidade farroupilha**. São Paulo: Tipografia Irmãos Clemente, 1936, p. 12.

entretanto, não impediu que fossem excelentes soldados, disciplinados e valentes, sendo os seus descendentes dos melhores do Brasil⁷⁰

Essas qualidades eram atribuídas à figura dos heróis, com ideia de culto a honra e ao cumprimento dos compromissos assumidos, a responsabilidade em relação a pátria através da defesa da língua, do território e da conduta. A influência da raça sobre o herói significava uma concessão para forças supra-humanas na sua formação, uma espécie de autodeterminação do herói.

Souza Docca pensava o meio, a ancestralidade e a tradição como formação da psique, mesmo dos heróis. Assim ao demarcar limites biológicos e hereditários na formação dos seres humanos, o autor estabelecia ainda um elo natural entre o herói do passado, do presente e até mesmo o do futuro.

Em se tratando de heróis na história do Brasil, era necessário haver uma moralidade individual, de modo que os exemplos de patriotismo advindos do passado fossem frutos não somente de uma comunhão psíquica de sentimentos patrióticos, mas de indivíduos que tivessem se destacando pelos seus feitos para com a nação. Assim os heróis não eram definidos como um sujeito plenamente autodeterminante de suas ações, livre de qualquer ingerência social e natural, mas sim como aquele que através de seu comportamento, melhor sintetizava os sentimentos da pátria. A primeira base moral era a ancestralidade, pois exigia desses personagens uma ação coerente com a dos seus antepassados.

A partir disso, para Souza Docca, foi o caso de Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, louvado pelo autor como umas das expressões máximas da pátria brasileira. O autor enaltecia as ações de Caxias, considerado como um homem que ao servir a pátria, pensava sempre no “apaziguamento do Brasil”, na sua unidade nacional. Segundo Souza Docca foi na pacificação de Minas Gerais e na pacificação dos farroupilhas que Caxias manifestou de modo mais explícito seu papel de herói irradiador de “exemplos de alta e sã brasilidade, inspirando assim, deste sentimento, todos os brasileiros, porque todos podem ver nele o nosso herói epônimo”⁷¹, o autor também via em Caxias “ a força imanente da Pátria (...) a própria pátria atuando no sentido de seus grandes destinos”⁷².

⁷⁰ Ibid., p. 17.

⁷¹ DOCCA, Emílio de Souza. **O duque do Brasil**. Recife: [s.n], 1941. p. 7.

⁷² DOCCA, Emílio de Souza, O duque..., op. cit., p. 7.

Desse modo, o herói era apenas um desdobramento da pátria, da nação, mas com uma responsabilidade maior que os indivíduos anônimos, posto que sua ancestralidade e seu vínculo místico com a pátria eram o fundamento moral das suas ações.

2.2 O Autor na historiografia.

Pode se afirmar que a historiografia acerca de Souza Docca é marcada por diferentes enfoques, como uma biografia saudosista por abordagens temáticas e à construção de uma identidade dos setores dominantes da sociedade. O autor é tomado como objeto de estudo sob diferentes formas, como a historiografia que vincula seu pensamento à produção de conhecimento histórico até as abordagens por temas, em abordar a investigação de um determinado grupo de intelectuais que produziu algum trabalho acerca de um tema específico, como, por exemplo, a característica da escrita platina ou lusitana, as quais serão debatidas nesse capítulo.

Marlene de Almeida⁷³, em sua dissertação de mestrado, enfoca a institucionalização da construção da escrita na prática historiográfica no Rio Grande do Sul e sua relação com as classes dominantes do período no estado. A autora busca de uma forma mais ampla, como forças sociais que são dominantes em determinado círculo social, viabilizam sua dominação como direção, onde haveria um objetivo de construir a historiografia como um instrumento de estratégia da hegemonia.

Ao referir-se a Souza Docca, Almeida observa que antes de ter qualquer compromisso com a verdade e a cientificidade da história, interessava-se somente em produzir “desconhecimentos”, legitimados como ciência, com o intuito de organizar a racionalização da articulação social vigente. Apesar da autora ter inovado, a ser uma das primeiras a analisar o pensamento de Souza Docca, se manteve presa a alguns problemas teóricos próprios do marxismo.

Já para Almeida preconiza uma ideia de falsa consciência ao afirmar que Souza Docca se preocupava apenas em produzir “desconhecimentos”. Isso nos

⁷³ ALMEIDA, Marlene. **Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920 -1935)**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1983.

remete a uma ideia de que há uma consciência verdadeira, e de que pode se manifestar dependendo da forma como se focaliza o que é “real”. O problema é residir no excessivo essencialismo, que acaba sendo, um problema de certos marxismos que tentam fixar uma teoria geral da realidade, onde o método marxista seria o caminho para a busca ou o retorno à essência perdida do ser humano e para a superação de sua alienação mediante a produção de um conhecimento vinculado a uma classe social revolucionária.

Além de perpetuar a dicotomia real-ideal, Almeida reproduz a ideia de que o pensamento é apenas um reflexo da “infraestrutura”, o que lhe tira não somente o dinamismo de uma abordagem dialética, mas também, a possibilidade do pensamento criativo e irreduzível a qualquer tipo de antítese ou síntese. Marlene Almeida entende que a construção historiográfica de Souza Docca possuía um interesse em difundir socialmente a escrita com fins de dominação de uma classe dominante. Outrossim, estende ainda essa homogeneidade de pensamento a todos os historiadores por ela analisados, como se suas produções fossem apenas legitimadoras de poder.

Ieda Gutfriend, em: *A historiografia rio-grandense*, identifica duas matrizes ideológicas no pensamento de Souza Docca, denominadas por ela, de matriz platina e matriz lusitana⁷⁴. De acordo com a autora, a matriz platina estava vinculada a historiadores que enfatizam algum tipo de relação com a região do Prata na formação histórica do Rio Grande do Sul. Já na segunda matriz, minimizava essa influência platina e defendia a supremacia da cultura lusitana na região.

Assim, Gutfriend identifica momentos na produção historiográfica do estado que se diferenciavam entre si da forma como deveria ser constituída a relação entre o estado do Rio Grande do Sul com o Império e logo após a República, em primeiro momento predominando a matriz platina, e no segundo momento após a onda nacionalista que invadiu as produções historiográficas, a partir dos anos 20, a matriz lusitana. Além disso, Souza Docca é visto pela autora como o historiador que diluiu a história do Rio Grande do Sul na história do Brasil e expoente máximo da fase da matriz lusitana na historiografia, onde estava

⁷⁴ GUTFRIEND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

inserido na formação luso-brasileira, a medida em que o autor afirmava o caráter português da formação histórica nacional. Para a ela, Docca apresentava um pensamento conservador, autoritário e nacionalista⁷⁵.

Por meio da análise da autora, toda a produção intelectual de Souza Docca, estava vinculado com o nacionalismo, o patriotismo e a exaltação dos feitos nacionais. Sobre o ordenamento cronológico de suas produções, Souza Docca seguia repetidas vezes, certa linearidade nas suas datações, atingindo relativa unidade entre passado, presente e futuro. Dessa forma, na construção do ser nacional, nos métodos e nos tempos envolvidos no processo de construção das identidades nas obras, o ordenamento cronológico cedeu lugar, para um conjunto de noções que remetiam a uma instabilidade latente, o que envolvia múltiplos regimes de tempo da escrita acerca da identidade.

Percebe-se tais características no artigo intitulado *O Brasil no Prata*⁷⁶, em que coexistia e se interconectava uma tendência para compreender o passado na sua historicidade específica, onde a história seria marcadamente transitória e efêmera, em que predominava a necessidade de apreensão do conteúdo para fins pedagógicos. Já Othelo Rosa, historiador do IHGRGS, afirma que Souza Docca e Aurélio Porto “transpuseram as fronteiras da história local para se afirmarem, com brilho e sem favor, valores muito altos na história nacional”⁷⁷, sendo que, Souza Docca era, exclusivamente um historiador.

Mário Calvet Fagundes, na biografia⁷⁸ publicada, sendo sobrinho de Docca, o autor analisou os artigos *O estudo da história e A história à luz da filosofia*, visto que tais textos reuniam as ideias mais sistematizadas acerca da escrita da história, sendo que:

A concepção que Souza Docca tinha da história era uma resultante de profunda meditação sobre os conceitos básicos que os mestres de todos os tempos coligiram, criando uma filosofia universal a maneira de conceituar os fatos das sociedades humanas.⁷⁹

⁷⁵ GUTFRIEND, Ieda, op. cit., p. 67.

⁷⁶ DOCCA, Emílio de Souza. *O Brasil no Prata (1815-1828) I parte. Ocupação da Banda Oriental. Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, n.41, p. 3-205, 1931.

⁷⁷ ROSA, Otelo. Souza Docca e Aurélio Porto. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, n.100, 1945, p. 124.

⁷⁸ FAGUNDES, Mario Calvet. **Souza Docca: Vida e Obra**. Porto Alegre: 1961.

⁷⁹ FAGUNDES, Mário Calvet, op. cit., p. 163.

Fagundes insistiu no positivismo comteano, cuja relação entre passado, presente e futuro teria seduzido Souza Docca. O livro do autor é importante, pois traz a diversidade de enfoques, a partir dos quais Souza Docca elaborou seus estudos.

Conclui o trabalho de Souza Docca, provando a necessidade do conhecimento da história, quer para o legislador, ao estabelecer as leis adequadas à sociedade que é um organismo vivo e de personalidade própria, quer para o político, cujas induções servem à verificação das deduções, das hipóteses e das teorias, que para a educação patriótica e cívica, porque no culto do passado existe a forma mais significativa, mais real, mais producente, de manter a grandeza moral da Nação.⁸⁰

Portanto classifica-se o pensamento de Souza Docca não apenas sob um caráter regionalista, não havendo razões para limitá-lo dentro de uma unidade da federação, logo suas ideias ultrapassam fronteiras.

Nessa perspectiva, percebe-se sinais de uma relação instável, limiar, cuja homogeneidade era dada somente num nível superficial e se o autor buscou uma unidade comum do Brasil, isso foi feito de forma descontínua e truncada. No universo intelectual, as ideias circulam por variados lugares, assim difundidas e pensadas de modos extremamente distintas entre si. Apresenta-se parcela relevante do conhecimento que Souza Docca produziu foi efetivado paralelamente a uma ação constante, não apenas no exército, mas também, por meio dos institutos históricos e geográficos dos quais fez parte durante sua trajetória.

Dado o exposto observa-se as variadas atuações em sua vida na constante movimentação dentro do território nacional, na condição de militar e de intelectual, condições essas, que o afastaram em parte, de uma cultura historiográfica propriamente regional. Essa dinâmica de vida não significa que as obras de Souza Docca tenham sido determinadas pelo seu deslocamento, mas sim que tais obras escapam de uma classificação regionalista.

⁸⁰ FAGUNDES, Mário Calvet, op. cit., p. 166.

CAPÍTULO 3

A historiografia da Guerra do Paraguai e o discurso nacionalista na produção histórica de Souza Docca.

3.1 O fazer História: As diferentes historiografias constituídas sobre a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai desde o seu término em 1870, desperta grandes discussões dentro da historiografia brasileira e regional, tão logo encerrado o conflito, já existem publicações e interpretações a respeito do acontecimento. Se constituíram, a partir do momento três vertentes historiográficas que procuraram explicar o conflito, seriam elas as vertentes tradicional ou patriótica, logo após nos anos de 1960 se constitui a historiografia revisionista e por fim, a partir dos anos 1980 e 1990 as correntes mais atuais como a neo-revisionista, como coloca Ana Paula Squinelo:

[...] o primeiro, que abrange os livros escritos no período que se estende da década de 1920 até a década de 1960 do século XX, oferecendo uma visão “patriótica” do conflito, como por exemplo, as obras de Fragoso e Pombo; o segundo, que compreende os estudos divulgados a partir da década de 1960, que desenvolvem a visão “imperialista” do litígio, como os de Pomer e Chiavenato; e finalmente, o terceiro, que agrupa obras editadas a partir da década de 1980, dentre as quais destacam-se os livros de Doratioto e Sales, inovadores e menos tendenciosos.⁸¹

A primeira historiografia, a chamada “tradicional” ou “patriótica” é aquela propagada principalmente pelos militares, muitos deles tendo participado do conflito e logo após o término da guerra escrevem suas memórias elencando os fatos vividos e suas observações pessoais. Cita-se por exemplo, militares como Emilio Carlos Jourdan e Bernardino Bormann, que formaram a narrativa memorialística-patriótica⁸², cabe também elencar as produções de Souza Docca, apesar de não ter participado da guerra, suas obras “bebem” diretamente dessa forma de escrita da história.

⁸¹ SQUINELO, Ana Paula. *Revisões historiográficas: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros* – PNLD 2011. Diálogos, Campo Grande, n. 1, p. 21, 2011.

⁸² BORMANN, José Bernardino. **História da Guerra do Paraguay**. Vol1,2,3. Curitiba: Imprensa Paranaense. 1897/JOURDAN, Emílio Carlos. **Guerra do Paraguai**. Vol1. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1890.

Nessa narrativa prevaleceu a ideia de que quem provocou a guerra foi exclusivamente Solano López e seu ímpeto expansionista e ditatorial, onde o Brasil teria sido o glorioso vencedor em cima dos “bárbaros” paraguaios, tal estudo também privilegia as estratégias de guerra e o enaltecimento dos “heróis” nacionais como Duque de Caxias e o General Osório, pois era um momento onde a escrita da história estava centrada nos grandes homens e seus feitos, considera-se a questão da identidade nacional diretamente relacionada a essa vertente historiográfica.

Segundo essa visão o Paraguai governado por Solano Lopez foi o grande causador da guerra, por isso foi esse governo que invadiu o Brasil, iniciando o conflito, essa forma homogênea de interpretação que ganhou força no final do período imperial e perdurou boa parte do período republicano, tendia a personificar a guerra na figura do ditador López.

Não se busca uma reflexão e problematização dos acontecimentos, mas observa-se mais um modelo de caráter factual, que lança estereótipos tanto sobre o Paraguai quanto sobre Solano López, é claro o interesse político nessa vertente, uma vez que a visão da guerra seria de defender, exaltar e justificar a participação e os feitos do Brasil na guerra. Assim como, o enaltecimento dos grandes feitos da pátria e de seus heróis, de modo que o objetivo era a demonização do outro, ou seja, do inimigo.

Ressalta-se que a guerra passa a ter características de um conflito entre civilização e barbárie, onde a civilização seria o Brasil, e era encarregado de levar a “luz” para seus vizinhos e a barbárie, associada à República do Paraguai. Maestri afirma que:

A narrativa memorialista sobre a guerra contra o Paraguai foi reproduzida em geral por oficiais e profissionais liberais que participaram da guerra, sem grandes informações sobre suas razões profundas, sobre o Paraguai e sua sociedade, e não raro, sobre o próprio império, uma entidade na época, sobretudo política, devido a sua fortíssima regionalização.⁸³

Durante o início do regime republicano houve também uma dualidade de interpretações a respeito da guerra, por um lado a historiografia republicana desqualificava o papel do império no conflito, por outro, militares que

⁸³ MAESTRI, Mário. **A guerra contra o Paraguai: História e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]**. In: ENCUESTRO ANUAL DEL CEL, 5., 2009, Buenos Aires. Pg 3

participaram da guerra e ainda estavam vivos nos primeiros anos da república, ao escreverem suas memórias, tecem elogios ao império e valoriza as virtudes dos militares brasileiros durante a guerra, destacando sua importância para a história nacional. Essas interpretações passariam a ser o norte da historiografia até meados do século XX.

Durante a década de 1960, surgiu outra narrativa sobre o conflito, ao desconstruir os mitos criados pela historiografia anterior, focada em feitos heróicos e exaltação patriótica. Nesse viés historiográfico cita-se autores como León Pomer (1980) e José Julho Chiavenatto (1983)⁸⁴, cujo suas narrativas apontam que a guerra foi influenciada por agentes externos, principalmente a Inglaterra sob pretexto de que ela não aceitava o desenvolvimento do Paraguai na região do Prata. As produções dessa historiografia estavam inseridas em um momento, onde vários países da América Latina estavam sob regimes ditatoriais e as publicações levantavam discussões sobre a atuação do exército brasileiro na guerra.

A partir dessa narrativa observa-se uma espécie de inversão de valores, onde o Brasil deixa de ser visto como “herói” da guerra e passa a ser vinculado como responsável pela devastação do Paraguai e esse, por sua vez, passa a ser vinculado como vítima de um imperialismo Inglês. Essa descrição apesar de contestar a criação dos mitos da primeira vertente, também acaba por criar um novo, cujo o imperialismo britânico orquestrava a seu interesse as ações na região sul americana, e grande parte da historiografia da década de 1960 até 1980 foi embasada sob tal ótica.

A vertente historiográfica revisionista, como foi chamada, aponta o imperialismo inglês, como motor da guerra, buscando relevância nas causas econômicas, oriundas do capitalismo ocidental. Chivenatto comenta:

Os pretextos serão vários, a mentira será usada largamente e prevalece até nossos dias. As causas fundamentais para a destruição do Paraguai, é bom ressaltar, são nitidamente econômicas. O que não impede que surjam outros motivos paralelos que determinaram a guerra de extermínio à república guarani como: questões de limites, acidentes políticos e diplomáticos forjados, calúnias manipuladas

⁸⁴ POMER, León. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense**. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980/CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 18 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

dentro das embaixadas e até uma grotesca cruzada civilizatória para “libertar” o Paraguai dos seus tiranos.⁸⁵

Mesmo o uso do viés econômico, onde o imperialismo inglês apresentou papel fundamental, o autor não impõe apenas às elites econômicas desse país como causadores do conflito. Na afirmação de Pomer considera-se o seguinte:

Não tivemos um governador inglês, nem tropas de ocupação, mas que poderia afirmar que nossa vontade sempre foi livre e soberana? A Grã-Bretanha nem sempre abriu mercados a tiros de canhão; soube combinar habilmente carícias com agressões. Neste caso, os cúmplices nativos pouparam a Grã-Bretanha o gasto com administração colonial e com soldados.⁸⁶

Pomer discorre que em 1860 a Inglaterra se viu diante de um problema, sendo esse a Guerra de Secessão, que ocorreu nos EUA, prejudicando assim o fornecimento de algodão para suas fábricas, ao ser forçada então a buscar outros mercados fornecedores que pudessem ajudar a reorganizar suas economias. Assim algumas regiões do Prata poderiam ocupar tal posição, porém o Paraguai se punha como obstáculo nas pretensões inglesas. Na ótica do autor o Paraguai era visto como:

Ovelha negra – Tal é o Paraguai aos olhos da burguesia inglesa e de outras burguesias europeias altamente desenvolvidas, e tal se torna, logo aos olhos de alguns cavalheiros que no Prata e no Brasil traficam e comercializam com as potências Ultramar, sem se preocuparem com outra coisa, a não ser seus interesses mesquinhos e restritos interesses de classe.⁸⁷

Para o autor citado acima, o Paraguai se diferenciava dos outros países da região, pelo seu avançado desenvolvimento e por não conter na sua estrutura de classes, aquelas que estavam dispostas a renegar os interesses nacionais em detrimento de interesses de pequenos grupos de poder.

A interpretação desses autores suscitou questionamentos, sendo um dos mais relevantes, em considerar a Guerra do Paraguai, que aconteceu entre nações latino-americanas, como uma guerra gerada por agentes externos, nesse caso a Inglaterra. Para esses autores, buscar um agente alheio para explicar o conflito é colocar América Latina como fantoche nas mãos de nações

⁸⁵ CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. 18 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. Pg 35.

⁸⁶ POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980.

⁸⁷ POMER, León. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, pg. 12. 1984.

poderosas, restringindo sua própria capacidade de fazer história e suas guerras, persistindo assim um pensamento colonialista que persiste entre a nação, em que os problemas enfrentados por outrora antigas colônias são de responsabilidade de países europeus.

Apesar dos anacronismos característicos dessa vertente historiográfica, sob o ponto de vista principalmente de Chiavenatto e Pomer, não são suficientes para apagar a importância desse momento na construção da historiografia da Guerra do Paraguai, sobretudo por representar uma desconstrução do viés historiográfico anterior de exaltação patriótica e reavivar problemáticas a esse tema.

Em meados dos anos 1980, começa a surgir um novo entendimento sobre a questão Guerra do Paraguai, chamado de *neo-revisionismo*, possuindo vários enfoques a respeito do conflito, como o questionamento da participação e responsabilidade da Inglaterra na guerra, o desenvolvimento econômico paraguaio, e apresentam novas razões para a guerra, sobretudo a partir dos interesses próprios das nações envolvidas. Sobre esse novo viés de pesquisa menciona-se como exemplo as obras de Francisco Doratioto (2002) e Ricardo Salles (1990)⁸⁸.

Ricardo Salles levanta algumas críticas às versões tradicional e revisionista da guerra, apontando que os historiadores tradicionais erraram por um excesso de factualismo e oficialismo e pelos revisionistas em muitos momentos se basearem por simplificações:

[...] tem o seu ponto fraco talvez exatamente naquilo que caracterizou a sua novidade: a inserção do conflito no contexto mais geral de expansão do capitalismo. A supervalorização da ação direta da Inglaterra e a subestimação das motivações particulares das nações envolvidas (à exceção do Paraguai) acabaram por obscurecer a originalidade da abordagem.⁸⁹

Segundo Doratioto, “[...] as origens do conflito se encontram no processo de construção dos estados nacionais no Rio da Prata e não nas pressões

⁸⁸ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002/SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁸⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pg. 37.

externas dos ingleses” (2004, p.18). Sobre o suposto desenvolvimento paraguaio e críticas à historiografia anterior o autor coloca:

A interpretação imperialista apresentava a sociedade paraguaia do pré-guerra como avançada, liderada por Francisco Solano López, governante autoritário, mas preocupado como o bem-estar do seu povo. Nada mais distante da realidade. O Paraguai tinha uma economia agrícola, atrasada; nela havia escravidão africana, embora diminuta, e López era movido apenas pela lógica de todos os ditadores, a de se manter no poder.⁹⁰

Outro mito que caiu por terra foi a suposta rivalidade do Paraguai com os ingleses. Vai contra a lógica histórica responsabilizar o imperialismo inglês pelo desencadear da guerra. Na realidade, o governo paraguaio mantinha boas relações com a Inglaterra, onde, desde o final dos anos 1850, contratou técnicos, com a finalidade de modernizar suas instalações militares. Era, sim, o Império do Brasil que tinha atritos com a Inglaterra, com a qual rompeu relações diplomáticas em maio de 1863. Elas somente foram restabelecidas, após recuo do governo britânico, em setembro de 1865, meses após o início do conflito.⁹¹

Doratioto compreende a guerra do Paraguai como parte de um processo que engloba consolidação e crescimento territoriais e o fortalecimento das instituições governamentais dos Estados:

A guerra contra a Tríplice Aliança (1865-70) significou uma hecatombe para o Paraguai, repercutindo profundamente na evolução de sua sociedade e, mesmo, nas dos países vencedores. Muito se escreveu sobre o conflito, em alguns casos com abordagens mais emocionais do que histórico analíticas, e, em outros, como forma de instrumentalizar o passado para justificar o presente. Este foi o caso, no Paraguai, da apologia dos déspotas do século XIX – José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-40), Carlos Antônio López (1844-62) e Francisco Solano López (1862-1870) – promovida principalmente pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989). Nos antigos países aliados, no século XIX e parte do XX, se deu ao conflito o caráter de cruzada civilizatória, minimizando interesses concretos, como a questão dos territórios litigiosos, ou a complexidade da situação regional do Prata entre 1862 e 1865. A consolidação das democracias no Cone Sul; a melhor organização e facilidade de acesso a arquivos e a maior profissionalização da figura do historiador, renovaram o interesse pela História do Paraguai. Essa recente historiografia se caracteriza pela preocupação em transcender simplificações dicotômicas, pelo respeito às normas científicas e pela valorização da pesquisa documental⁹².

⁹⁰ DORATIOTO, Francisco. **Nova luz sobre a guerra do Paraguai**. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, 2004, p. 18.

⁹¹ *Ibid.*, pg. 18.

⁹² DORATIOTO. 2005, pg. 79.

O revisionismo constituído, a partir da década de 1990, objetivava ponderar a historiografia predecessora que era caracterizada por produções que tentavam denunciar autoritarismos e imperialismos de toda a ordem que oprimiam, sobretudo, o povo dos países periféricos. A contribuição de Doratioto é sem dúvida muito importante, mas não se considera, a qual “desvendou” a verdade sobre a Guerra do Paraguai e desconsiderar assim as vertentes anteriores.

O neo-revisionismo não é a última palavra acerca do conflito, pois com a mudança do tempo presente, o passado e o futuro também passam por transformações e é rearticulado, isso é a dinâmica historiográfica, da qual os historiadores estarão sempre envolvidos na tarefa de reescrever a história. É importante ressaltar que os trabalhos apresentados por Salles e Doratioto, entre outros, apresentam-se como sendo as mais aceitas, tendo em vista as bases documentais para tais trabalhos em que os autores pautam as análises e metodologias para o estudo do conflito.

As discussões acerca do tema ainda suscitarão debates e reflexões futuros e não se julga exclusivamente a historiografia atual com a última instância possível para analisar a Guerra do Paraguai, que ainda hoje, é um acontecimento chave nas relações políticas, sociais e econômicas do Brasil e seus vizinhos.

- 3.2 A construção da narrativa nacionalista e a Guerra do Paraguai na visão de Souza Docca.

A narrativa historiográfica tradicional possui, entre suas características mais importantes, um discurso nacionalista, de construção de heróis e a descrição minuciosa de eventos, na tentativa de transportar o leitor de tal escrita para o cenário do evento no passado. A necessidade de se estudar o Brasil foi recorrente ao longo do século XIX, no sentido de se fazer conhecido “para dentro e para fora”, além de uma finalidade prática para o conhecimento do passado das terras americanas que constituíram parte importante do Império português. Sendo assim:

Uma articulação entre conhecimento e exercício de poder, entre demandas fundadas num conhecimento da história e do território e a implantação de um projeto de construção nacional.⁹³

A figura do herói passou também a fazer parte da busca da nova história nacional, podendo assim estabelecer uma vinculação entre a participação de vários membros do IHGB com os eventos da história brasileira. Pode-se pensar que o próprio IHGB, enquanto instituição, encarne essa figura de herói, que seria um agente coletivo, suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e construir uma memória nacional.

É conferido em todas as nações do mundo o culto aos heróis nacionais. Assim sendo, a preservação dos mitos heroicos não somente forja o caráter desses povos, mas também, lança as bases para uma constituição futura do caráter nacional. O estabelecimento dos heróis é uma construção histórica, motivada por interesses diversos, que vão da preservação de valores comuns da Nação até o enaltecimento de exemplos a serem seguidos. Portanto o “herói” é uma construção e como tal deve ser analisado.

Para Souza Docca o herói não era definido como um sujeito plenamente autodeterminante de suas ações, livre de qualquer ingerência social e metafísica, mas sim como aquele que no seu comportamento, melhor sintetizava os sentimentos e os desejos da pátria e que se mantinha firme em seus propósitos de defendê-la. A base moral seria a ancestralidade, uma ação coerente com a dos seus antepassados, algo que eles herdavam genética e psicologicamente, desde o seu nascimento. Mesmo que a base moral dos heróis não residisse em sua plena liberdade, deveria ser a expressão do seu antepassado.

O passado brasileiro, para Souza Docca, era uma fonte de histórias verdadeiras, um manancial de mitos vivos. Desde 1822 e 1828, havia exemplos, a partir dos quais os brasileiros deveriam se guiar para uma conduta patriótica, a começar pelo próprio D. Pedro I, na independência do Uruguai. O conselheiro Saraiva, diplomata brasileiro, com destacado papel conciliador no momento anterior ao início da Guerra do Paraguai, era outro caso de exemplo do passado a ser reverenciado e imitado, pois tentou com todos os meios ao seu alcance

⁹³ GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”, in: Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. Pg 71.

evitar uma conflito entre o Brasil e Paraguai em 1864: “a ação do conselheiro Saraiva, no (...) Uruguai em 1864, foi de um homem bem intencionado, de um sincero amigo da ordem, de um estadista de largo descortino e ponderado...”⁹⁴

Para entender a construção do mito observa-se o conceito de Nação, estabelecido no século XIX. Todavia, a Nação é uma entidade moral no sentido pleno do termo, do qual emanam conceitos importantes, como nacionalidade constituída, como um conjunto de traços morais e ao patriotismo como um sentimento de simpatia as mesmas tradições, de aspirações de grandeza futura, de unidade e permanência de uma personalidade coletiva⁹⁵.

Apodera-se a ideia de “nação”, a partir dos estudos realizados por Marilena Chauí⁹⁶, onde a origem do termo provém do verbo latino, “nascor (nacer) e de um substantivo derivado desse verbo, natio ou nação, que significa parto de animais, o parto de uma ninhada”. A palavra natio/nação passou a representar algo além dos animais, englobando um determinado grupo nascido em um mesmo lugar, de descendência comum.

Marilena Chaui trata também da temporalidade do termo e o quão recente deu-se a invenção da nação, sendo essa entendida como um “estado-nação”, utilizando-se para sua definição o processo de independência, ou soberania política.

Denota-se também que ao refletir sobre o conceito de nação, não deixa-se de observar as reflexões sobre pátria, pois são termos que se remetem um ao outro. Pátria deriva do vocábulo pater, que significa pai e “se refere, portanto, ao poder patriarcal, e pátria é o que pertencem ao pai e está sob seu poder”⁹⁷. Somente a partir do século XVIII que pátria passa a significar território. De acordo com a autora, o termo pátria ligado ao território foi muito utilizado no período das:

Revoltas de independência, ocorridas no Brasil nos finais do século XVIII e início do século XIX, os revoltosos falavam em “pátria mineira”, “pátria pernambucana”, “pátria americana”, finalmente, com o patriarca da independência, José Bonifácio, passou-se a falar em “pátria

⁹⁴ DOCCA, Emílio de Souza, **Causas da guerra com o Paraguay**. Porto alegre: Livraria Americana, 1910. p.96.

⁹⁵ AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 12ªed. Rio de Janeiro: Globo, 1999, p.31.

⁹⁶ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 14.

⁹⁷ Ibid., p.15

brasileira”. Durante todo esse tempo, “nação” continuava usada apenas para os índios, os negros e os judeus⁹⁸

Marilena Chaui aponta para o termo pátria tendo as mesmas intenções do termo nação, onde desperta os sentimentos mais vigorosos no contexto de gênese da ideia nacional brasileira, porque “não se deve amar a pátria somente por ser pátria, mas também pelos motivos reais que ela oferece para amá-la e para que dela orgulhe-se”⁹⁹. No Brasil em meados do século XIX durante o segundo reinado, surge a necessidade de se pensar sobre a ideia nacional, com a responsabilidade de suscitar pensamentos e sentimentos que caracterizam a nação.

Reconhecer que se era uma colônia portuguesa rendeu a genealogia europeia e um marco nacional, porém ao deixar de ser colônia e passar a virar império, esse marco nacional vai além. Com um amplo território, variedade de costumes e hábitos diferentes, bem como os diferentes grupos que o compunham, emanava possibilidades de vários pontos de vista e histórias regionais sobre os primeiros habitantes e seus “descobridores”. O que caracteriza nação além do idioma, costumes, religião, leis, dentre outros, é a unidade existente em determinado grupo, essa ideia de buscar unidade serve como elemento principal para garantir sua continuidade.

O estado-nação precisou contar com a elite cultural que lhe fornecesse não só a unidade linguística, mas lhe desse os elementos para afirmar que o desenvolvimento da nação era o ponto final do processo, que começava na família e terminava no Estado. A esse processo deu-se o nome de progresso.¹⁰⁰

A assimilação desse processo e a incorporação de saberes indispensáveis para despertar sentimentos pela nação requer um aprendizado, possível de ser alcançadas por meio de levantamento documental, pesquisas, dentre outras práticas que a elite se dispõe a fazer. Esse aprendizado estimula a interiorização do sentimento nacional, que solidifica a nação e a prepara para lidar com discursos que pudessem surgir, sem abalar seus alicerces. Na intenção de atingir o ensino e alcançar homogeneidade, remete-se à afirmação de Marilena Chaui:

⁹⁸ Ibid., p.16.

⁹⁹ Ibid., p. 15.

¹⁰⁰ Ibid., p. 18.

A proliferação de discursos diversos e diferentes sobre a Nação faz com que existam muitas “nações” na Nação – o caso do Brasil, as “nações” se diversificam com o discurso positivista, o romântico, o ilustrado, o integralista, o populista, o tecnocrático. Cada uma dessas “nações” determina um modo diferente de conceber a sociedade e a política, cada qual combate e exclui as demais, e cada qual pretende oferecer-se como um discurso da “verdadeira nação”.¹⁰¹

Nesse sentido, Januário da Cunha Barbosa propõem um projeto biográfico ao IHGB, contudo não se trata, porém de uma posição irrefletida, mas de um sinônimo aproximado do movimento da história. O mundo se transforma graças aos grandes homens. O projeto tem, portanto, uma verdadeira pertinência histórica. Uma tendência geral e significativa da historiografia produzido ao longo do século XIX foi estar intimamente relacionada a construção do Estado Nacional realizava-se assim uma história oficial, patrocinada pelo poder público.

Esse projeto então, prevê que a história de nossos grandes homens seja escrita por nossos historiadores “nacionais”. Passa a ter início uma proposta nacionalista de construção da identidade nacional e ajudar no projeto de centralização política, prevendo o fortalecimento do poder executivo na figura do imperador e a continuidade da ordem social baseada principalmente no escravismo e no latifúndio.

Corrobora-se que o processo de constituição de uma nacionalidade não passava pelo contraste com a antiga metrópole, mas ao contrário, caberia ao Império à mesma missão civilizadora iniciada pela ocupação portuguesa. Um país recém-independente precisava recordar e criar uma memória sobre o seu passado, construindo uma identidade nacional com o intuito de consolidar o poder institucional e do próprio Estado.

Para Souza Docca, a veneração do passado era a principal forma de manter a “grandeza moral da nação”, sendo o passado uma fonte perene de ensinamentos, uma espécie de orientador seguro da conduta dos homens no presente para que se triunfasse no futuro. A grandeza moral da nação residia no passado e no presente, mas manter o culto era uma forma de alarga-lo ainda mais no futuro, uma maneira de garantir que o futuro fosse melhor que o presente

¹⁰¹ CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 113.

e que mantivesse incólume os alicerces da nacionalidade. Para a consagração do progresso tipicamente moderno era necessário o triunfo do futuro, em que seria diferente do presente, como resultado, como fim, cuja realização dependia não somente do passado, mas da forma como se deveria olhar para ele.

Os elementos necessários para a compreensão do passado que se buscavam apresentar do Império Brasileiro, e o projeto da primeira geração dos letrados do IHGB, eram as demandas recorrentes da necessidade de fundar uma nação no espaço colonial português, onde a ida ao passado tornaria uma demanda do presente para assegurar um projeto futuro de História. E esses elementos acabaram por auxiliar na formação da identidade nacional para os “brasileiros” e consolidar o Estado, com uma historiografia oficial e completamente vinculada do poder imperial.

O intervalo temporal força o historiador a fingir a realidade histórica, sem falar do “acontecer” de alguma coisa. Ele estava obrigado a servir-se basicamente dos meios linguísticos da ficção para apoderar-se de uma realidade, cuja atualidade já havia desaparecido:

Não só do ponto de vista da técnica de apresentação, mas também do ponto de vista epistemológico, exige-se do historiador que ele ofereça não uma realidade passada, mas sim de sua facticidade.¹⁰²

Além disso, atenta-se para os conceitos utilizados por Souza Docca em suas publicações como bárbaros e ditadores. Sobre conceitos, Reinhart Koselleck¹⁰³ afirma que a história dos conceitos tem uma obrigação metodológica mínima: compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem pelos atores históricos.

Koselleck estabelece uma relação entre as ações políticas e os conceitos linguísticos mobilizados por diferentes grupos sociais. Para ele, a utilização de conceitos por determinados indivíduos tem uma função que é capaz de extrapolar a linguagem, influenciando diretamente a forma como grupos agem e suas ações políticas e sociais.

¹⁰² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Pg. 249.

¹⁰³ Ibid., p. 103.

Segundo Koselleck (2006), a história dos conceitos pode ser uma metodologia para compreender os conflitos políticos e sociais mediante a interpretação dos repertórios conceituais e da utilização da linguagem.

Turin¹⁰⁴ argumenta que “a necessidade de legitimação [...], se dá justamente quando a perda da evidência de seu conteúdo, assim como a absorção de novos, gera uma tensão com os constrangimentos que regem seu funcionamento formal”. Uma das noções que sintetiza essa nova forma de abordagem histórica é a postura de “memória disciplinar”, que implica reconhecer que o próprio surgimento de enunciação, a História da Historiografia, estava estritamente vinculado a um trabalho de memória, submetendo o passado a uma narrativa de identidade disciplinar.

Posto isso, passa-se a focar na constituição de uma narrativa nacional, a partir da Guerra do Paraguai por meio dos trabalhos de Souza Docca. O conflito entre as nações que se sucedeu entre 1865 até 1870, transformou as relações entre os países beligerantes, causando profundo impacto para a região, reconfigurando as políticas nacionais e as relações exteriores, sobre a importância do conflito para a região do Prata, Doratioto comenta:

Foi o conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros.¹⁰⁵

É conferido na obra de Docca: “Causas da Guerra com o Paraguay”, exemplos nítidos de um caráter nacionalista da narrativa, ao retratar sua visão e considerações acerca do conflito. Tais percepções sempre passam pelo crivo de seus autores e com isso são carregados de sentimentos, que vão desde os políticos até de paixões mais exaltadas a diferentes pontos, como a glorificação de companheiros de farda e na exaltação patriótica. A partir da ótica de Souza Docca enfoca-se o conflito que ocorreu entre 1864 e 1870, a Guerra do Paraguai.

O patriotismo sempre esteve presente na escrita do autor, essa exaltação era necessária para se constituir um caráter nacional à narrativa, pode-se considerar no artigo publicado na revista do IHGB sobre a batalha de Monte Santiago onde Docca comenta:

¹⁰⁴ TURIN, Rodrigo. **História da Historiografia e memória disciplinar: Reflexões sobre um Gênero**. Hist. Historiogr. Ouro Preto. N. 13. Dezembro 2013. p. 83.

¹⁰⁵ DORATIOTO, Francisco **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pg 17.

Não precisamos nem queremos um patriotismo doentio, irritável, prestes sempre a explodir, mas nos é necessários, como elemento vital, como força garantidora de nossa grandeza, sadio, honesto, elevado, decoroso – que seja como uma cota de malha, contra os ataques dos que pretendam nos ferir e como um código de bom tom, para conduzirmo-nos em nossas relações internas e externas¹⁰⁶

Souza Docca atribui quatro causas para o início do conflito, que são: a recusa de Lopez a casar-se com umas das filhas de D. Pedro II, história inventada por Washburn, em um artigo publicado em Nova York, em 22 de janeiro de 1870; Aumento do imposto pela erva mate que era o maior artigo de exportação do Paraguai; A política imperialista do Brasil junto a Argentina; e a mais defendida e exposta por Docca: os sonhos de conquista do ditador paraguaio e sua aliança com o partido Blanco do Estado Oriental.

Acredita-se que essa defesa em considerar o ditador paraguaio como o causador e incitador da guerra estão presentes na versão tradicional das narrativas historiográficas sobre a guerra, nas quais se enfatiza o ataque paraguaio ao Brasil e dá-se pouca importância à intervenção militar brasileira no Uruguai. O caráter dessa narrativa tradicional estará presente nas principais abordagens de Souza Docca sobre o conflito.

Seja-me permitido agora destruir a ilusão em se acham todos aqui de que a causa de Lopez é a causa do republicanismo. Desde 1811 em diante o governo do Praguay tem sido mais absoluto e mais despótico que qualquer rei ou imperador. Pretendia Lopez, ao começar a guerra, proclamar-se imperador do Praguay, se fosse bem sucedido em seus planos e conseguisse incorporar ao seu país território suficiente que lhe desse respeitáveis dimensões em o mapa.¹⁰⁷

Souza Docca cita como os causadores do conflito os que estavam a frente do governo do Estado Oriental do Uruguai de 1861 a 1864, são eles: Bernardo Prudêncio Berro, Atanasio Cruz Aguirre, Juan José de Herrera, Octávio Lápido, Antonio de las Carreras e José Vasquez Sagastume. Para Souza Docca, Solano López foi o maior responsável pelo conflito. O pretexto para declarar guerra foi a invasão por forças brasileiras no Uruguai durante a guerra civil entre o partido Blanco e Colorado.

¹⁰⁶ DOCCA, Souza. **Combate de monte Santiago**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo 10, Vol. 155, pg. 141 – 146, 1ªed. 1927, pg 155.

¹⁰⁷ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. **Causas da Guerra com o Paraguay**. Porto Alegre: Livraria Americana, 1919. pg. 175.

Mais tarde, no contexto dos anos 1960, na historiografia de caráter revisionista, os grandes “vilões” da história serão outros: a classe dominante portenha, a Inglaterra e o Brasil imperial. Essa visão revisionista possui o dimensionamento voltado principalmente à influência inglesa na região e ignora os motivos específicos dos países diretamente envolvidos, como nos mostra no trecho:

Tremendo e memorável conflito, em que o insano, presumido e ambicioso Francisco Solano Lopez representou um negregado papel, pela maneira satânica e perversa com que se houve para provocar a luta e durante o decurso desta, longo, sangrento e penoso, - e porque foi ao mesmo tempo causador, provocante e autor, deve por isso ser considerado como o maior réu do grande crime que foi aquela guerra.¹⁰⁸

Uma das formas da narrativa que se verifica é como a visão do “outro” era empregada, Docca relata a percepção de como era o paraguaio no tempo de Solano Lopez, relacionando-o a um ser destituído de vontade própria:

Movia-se ao talante do ditador, cujas ordens cumpria com rigorismo, enfrentando os mais duros sacrifícios, lutando com os maiores obstáculos (...). Essa confiança e dedicação únicas, infinitas, tiveram a virtude de elevar muitas vezes o soldado paraguaio as raias do heroísmo; mas é inegável que tiveram também o poder diabólico de o fazer, outras tantas vezes, descer até a bestialidade.” Estava ausente qualquer consciência nacional pois Lopez dominava “discricionariamente no temporal e espiritual; sua vontade era como um decreto divino que devia ser cumprido a risca, sem vacilações¹⁰⁹

O paraguaio da era de Solano Lopez era um homem sem um único direito próprio: sua casa, família, propriedade, estavam dependentes de um recado ou de um gesto de *el Supremo*; não tinha sequer a livre expansão das suas emoções.¹¹⁰

Souza Docca considerava Lopez um supremo ditador que governava a sua própria vontade, pois considerava a tradição jesuítica a ignorância colonial estendida por todo o território da província e o remetia aos Czares Russos.

O marechal Lopez é um autocrata que governava sem parlamento, sem corte de justiça, nem tribunaes, como czar de todas as Russias ou como sultão da Turquia, porém com mais poder ainda, pois nada tem que temer das conjurações secretas dos serralhos, nem dos sigilosos tramas niilistas, que não seriam capazes de penetrar no pensamento do porovo para conspirar contra sua vida.¹¹¹

¹⁰⁸ Ibid., pg 5.

¹⁰⁹ Ibid., pg. 195.

¹¹⁰ Ibid., pg. 198.

¹¹¹ Ibid., pg. 197.

Também descrevia os governos anteriores a Solano Lopez como longa tirania, iniciada por José Gaspar Rodríguez Francia, primeiro ditador do Paraguai, e continuada por Carlos Antônio Lopez, pai de Solano Lopez, pelo rebaixamento da moral e política do povo paraguaio. Descrevia também, Souza Docca o homem paraguaio, na era de Lopez, um homem sem direito próprio e caracterizava o Paraguai como isolado em uma vida primitiva.

Delimitada a imagem do inimigo ligado a tirania e a belicosidade, também existe a exaltação patriótica da nacionalidade quanto à reação a uma série de ultrajes recebidos pelos paraguaios, tornando a responsabilidade da guerra não por quem faz, mas o que a torna necessária, sendo assim, a pátria ou a nação deveria dar respostas as afrontas constituídas pelo agressor:

O povo que não se levanta para desafrontar os brios ultrajados de sua nacionalidade e garantir e fazer respeitar a integridade do solo pátrio, a vida de seus filhos, a honra de seus lares – é um povo de degenerados, de pusilânimes, que envergonha a espécie humana e que deve desaparecer do concerto universal, assim como não deve figurar no convívio dos homens aquele dentre eles que não tiver hombridade para repeli uma ofensa injuriosa, nem energia para defender a honra de sua esposa, a candura de suas filhas, a pureza de suas irmãs. Quem não sabe defender a pátria é incapaz de defender o lar.¹¹²

A partir dos relatos contidos na obra do autor, a escrita da história Docca ainda é tributária da concepção e modelo de história produzida no Brasil dos oitocentos, a partir do IHGB.

Segundo Guimarães¹¹³, “foi somente com a criação do IHGB, em 1838, que se criou e aos poucos se fortaleceu a concepção de que a história do Brasil deveria ter a função de auxiliar na construção de uma imagem para a Nação”. Fazia parte dessa perspectiva historiográfica afirmar o caráter do Brasil como representante da ideia de civilização na América do Sul, o caráter “civilizatório” possuía também grande impacto na autoafirmação nacional, pois, como já foi visto, o conflito baseava-se em levar a luz aos “bárbaros”.

¹¹² Ibid., pg 224.

¹¹³ GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, 1988. p. 6.

Com isso, é visto na escrita de Docca a necessidade de se legitimar a guerra e a atuação dos países aliados, onde Lopez seria o único responsável pelos atos deferidos na região do Prata:

Lopez, único inimigo de todos, provocador da guerra e organizador de um verdadeiro assalto ao Uruguay, á Argentina e ao Brazil [...] E quanto à guerra ao tyranno pelos potencias aliadas, seja qual for o resultados que venha produzir, nem Deus, nem a humanidade, farão essa potencias responsáveis pelo sangue derramado desde o principio da luta.¹¹⁴

É interessante observar como Souza Docca buscou também legitimar a República através da própria Revolução Farroupilha, conflito que durou de 1835 a 1845 no estado do Rio Grande do Sul, a partir de seu artigo *Ideologia federativa na cruzada farroupilha*¹¹⁵, onde o autor nos trás os sentimentos de brasilidade nas atuações dos personagens farrapos, tidos como separatistas, onde estes jamais quiseram a emancipação, mas sim os livrar de um governo antinacional, “A cruzada farroupilha foi alimentada por um ideal político: República e Federação. [...] Cujá força diretora foi a república federativa.”¹¹⁶ Segundo Souza Docca o objetivo de Bento Gonçalves era a deposição do presidente da Província e do comandante das armas e o levante de 20 de setembro tivera:

Os filhos do Rio Grande, ao empunhar as armas, não se propuseram a outro fim que o de salvar a Pátria do abismo de males em que se precipitava, pela inepta e antinacional administração do dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga.¹¹⁷

Por objeto sacudir o jugo da tirania e quebrar os ferros da escravidão e libertar a Pátria de um governo opressor e antinacional e que tendo isso sido alcançado com a fuga dos inimigos nada mais havia a reaar e por isso todos podiam regressar ao lar.¹¹⁸

Foi esse ideal farroupilha que norteou os republicanos riograndenses na cruzada política, que venceu na madrugada de 15 de novembro de 1889. Em 28 de abril de 1890, Júlio de Castilhos escreveu um artigo no jornal A Federação criado em 1º de janeiro de 1884, onde aponta o seguinte: “O Partido Republicano

¹¹⁴ Ibid., pg 226.

¹¹⁵ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza **Ideologia federativa na cruzada farroupilha**. Revista do IHGRGS. Porto Alegre, n.48, p. 194-227, 1932.

¹¹⁶ Ibid., pg. 195 -196.

¹¹⁷ Ibid., pg. 196.

¹¹⁸ Ibid., pg. 220.

surgiu como continuador da obra gloriosa dos Farrapos, interrompida em 1845 pela intervenção ilusória, mas dominadora do governo monárquico.”¹¹⁹

Não só conflitos externos a Nação deveriam ser ressignificados para se legitimar a República, mas aqui podemos observar que os conflitos constituídos dentro das províncias também eram rememorados através dos Institutos Históricos para que pudessem ser transformados em ferramentas para a construção de uma narrativa nacional. Sendo assim, classificar uma periodização e um encadeamento dos acontecimentos à brasileira, significava, no campo histórico, explicar ou transmitir a fundação do Brasil, a contar do ponto de vista nacional, no caso a Guerra do Paraguai como o formador dos alicerces necessários para que essa fundação de um “novo” Brasil nacionalista e unificado pudesse ser desenvolvido e estudado.

Assim a historiografia militar passa a narrar os eventos históricos, de forma linear, progressiva e evolutiva, numa ideia onde o tempo é irreversível e homogêneo, e estava aí a busca da história brasileira e a seu começo primordial, sua evolução histórica e nacionalista.

¹¹⁹ Ibid., pg. 221.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou apresentar como a narrativa nacionalista foi significativa para a construção de um ideal Republicano e formador da Nação. Através da análise das publicações de Souza Docca, militar nascido no Rio Grande do Sul, podemos observar as maneiras como uma historiografia republicana e patriótica foi configurada na virada do século XIX para o XX, principalmente através da Guerra do Paraguai, maior conflito armado da América do Sul, lançando as bases para uma classe militar, que sai bastante forte na área política como também na construção de um Brasil republicano e nacional. O interesse pelo autor estudado, se deu pela personificação de uma identidade nacional, general do Exército e historiador, buscou-se apresentar seus pensamentos em torno da questão nacional e identidade do Brasil que foi formada através da República.

Ao longo do primeiro capítulo tentamos compreender como o discurso foi instrumentalizado através dos Institutos Históricos, tanto o IHGB como o IHGRGS, fomentando um imaginário nacional, na busca por uma unidade nacional e territorial que demandava o Estado-Nação.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB foi criado em 1838 e passou a ser o norteador de uma missão civilizatória, que além de buscar fundar uma identidade nacional era responsável pela articulação com as diferentes regiões do país. O Estado Nação estava fundamentado pela delimitação de um território ou recorte espacial e assim era necessário criar uma identidade comum a partir de um imaginário coletivo para a “Nação Brasileira”, onde era necessário se pensar o Brasil segundo uma história comprometida com o desenvolvimento de uma gênese de Nação.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS em 1920, a congênere regional, tinha como objetivo o alinhamento regional a uma lógica nacional. A tarefa de delimitar uma identidade nacional acabava por expor a problemática das identidades regionais que precisavam ser articuladas com o ideal nacionalista. A instalação do instituto insere-se no contexto de preocupação do IHGB de contar com institutos que ao escreverem suas histórias regionais pudessem ser integradas na história e identidade nacional.

Seus autores tinham em comum o objetivo de escrever uma história científica, percebida de forma linear, marcada pela noção de progresso, dessa forma o futuro seria o resultado de experiências vividas em um passado que não estava ultrapassado e que deveria ser sintetizado, por isso caberia ao instituto recupera-lo e conserva-lo. No discurso historiográfico do IHGRGS, a *história magistra vitae*, descrita por Koselleck como um traço do antigo conceito de história, mistura-se ao perfil de história perseguido pelos letrados do instituto, o moderno conceito de história.

Durante o segundo capítulo buscamos nos aproximar de Souza Docca, trazendo alguns fragmentos biográficos para que pudéssemos perceber seu pensamento e o momento o qual estava inserido, assim como a característica de sua escrita e a historiografia acerca do autor.

Souza Docca nasceu em 1884 e ingressou no exército em 1899, onde permaneceu até 1945 galgando ao posto de General do Exército. Possuía formação auto didática no âmbito das humanidades, e publica seu primeiro trabalho historiográfico em 1912 chamado *A batalha de Tuiutí*, publicado na Revista dos Militares, já em 1919, publica sua principal obra *Causas da Guerra com o Paraguai*, obra esta que é norteadora do trabalho aqui exposto. Predominava nos textos do autor, compreender o caráter nacional brasileiro, suas especificidades regionais, o papel do Exército na formação da nacionalidade, como a própria identidade institucional das forças armadas e sobretudo do Brasil.

Na historiografia, Souza Docca foi tratado como um nacionalista e conservador, onde suas produções estavam vinculadas com o nacionalismo, patriotismo e a exaltação dos feitos nacionais. O autor produziu trabalhos não apenas para o Exército e suas revistas, mas também para Institutos Históricos e sua constante movimentação pelo território nacional o afastavam em partes de uma cultura historiográfica regional. Tido com atuante da matriz Lusitana de escrita, onde afastava a influência dos países platinos na história do Rio Grande do Sul, foi responsável por afirmar o caráter português na formação histórica nacional.

Por fim, no terceiro capítulo, trouxemos considerações sobre a constituição da historiografia acerca a Guerra do Paraguai durante o tempo e a

forma da narrativa do autor acerca do tema, buscando as características da escrita nacionalista que foi usada para forjar a nacionalidade brasileira.

Apontamos três diferentes fases da escrita acerca da Guerra do Paraguai, a tradicional do qual Souza Docca fez parte, sobretudo constituída por militares e com forte caráter nacionalista e de exaltação patriótica, onde se atribui as causas do conflito ao ditador Solano Lopez. A segunda narrativa constituída a partir dos anos 1960 onde autores como León Pomer e José Julho Chiavenatto, apontam que a guerra foi causada por agentes externos, principalmente a Inglaterra, aqui o Brasil deixa de ser visto como “herói” e passa a ser também responsável pela destruição do Paraguai, essa visão perdura até 1980, onde começa a surgir um novo entendimento para o conflito, constituindo a última fase da narrativa sobre a guerra, a chamada neo-revisionista, que visava ponderar a historiografia predecessora e dava autonomia aos estados beligerantes de terem causado a guerra sem a influência de agente externos, os autores dessa vertente são Francisco Doratioto e Ricardo Salles.

Sobre a construção da narrativa nacionalista de Souza Docca a partir da Guerra do Paraguai podemos dizer sobre a necessidade de se estudar os feitos do Brasil durante o século XIX para a criação de uma narrativa nacional. A figura do herói também foi muito presente e a preservação dos mitos heroicos, sendo estes uma construção histórica, para a valorização dos valores comuns da nação e até como exemplos a serem seguidos, para o autor a veneração do passado era a principal forma de manter a grandeza moral da nação. Podemos observar na escrita de Docca o uso das palavras bárbaros para se referir aos paraguaios e o termo ditador ao relaciona-lo à Solano Lopez, sempre perpassando uma imagem inferior ao Brasil. A exaltação patriótica e o nacionalismo empregado na escrita do autor é tributária da concepção do modelo de história produzida no século XIX no IHGB.

Era necessário se legitimar a guerra e a atuação dos países aliados, sobretudo por ser Lopez o grande causador do conflito, essa legitimação não era apenas constituída por conflitos externos mas também internos, como podemos ver no artigo *Ideologia federativa na cruzada farroupilha*, publicada pelo autor na Revista do IHGRGS, onde a revolta separatista ocorrida no Rio Grande do Sul passa a ser revisitada como um meio de legitimação da república que viria a

nascer. Podemos observar que o principal objetivo dos conflitos e da narrativa de exaltação nacional era de legitimação de um novo regime que estava sendo constituindo, a República do Brasil.

A Guerra do Paraguai constitui em um inestimável tema histórico para os historiadores, e que tratou também, como uma narrativa para fins políticos, tanto na construção historiográfica do Brasil, como também, assentar as bases das classes militares e da República. Não se pode analisar o conflito de um só ângulo, porém, resgatar esse passado significa também dar voz a esses relatos e documentos históricos, pois revelam um pouco do ideário, das condutas e comportamentos do brasileiros que lutaram no Paraguai, com isso investigando suas informações concretas e por vezes mais modestas, trazendo a luz as lembranças dos soldados e personagens históricos do Brasil.

A partir das obras de Souza Docca, é possível atestar uma abertura para outros caminhos, visto que a conclusão do trabalho é o reconhecimento da precariedade de se encaminhar um fechamento completo do que foi proposto aqui, abrindo meios para outras análises e sobretudo conferindo mais um viés de pesquisa para outros historiadores e que visa contribuir com novos entendimentos futuros.

Assim o presente trabalho buscou apresentar a forma como a produção histórica e tradicional da guerra foi passada essencialmente descritiva, voltada para os feitos heroicos e ações individuais, nos relatos factuais, e que essa narrativa estaria a serviço de um projeto de nação a ser desenvolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marlene. **Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920 -1935)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1983.

ARMANI, Carlos Henrique. **Identidade nacional e fragmentação no Brasil dos anos 20-40: O caso de Emílio De Souza Docca**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC – RS. Porto Alegre, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)** – 4.ed., ver. E ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**; São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. **A elite política imperial**. Rio de Janeiro. Campus. 1980.

CASTRO, Celso; Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CÉZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX**. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

_____. **Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual**. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

_____. **Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX**. Métis: História e cultura, Caxias, n.03, jan/jun de 2003, p. 73-94.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História/Michel de Certeau**; tradução Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 18 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai: 2ª Visão**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Nova luz sobre a guerra do Paraguai.** *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, 2004, p. 18-23.

FAGUNDES, Mario Calvet. **Souza Docca: Vida e Obra.** Porto Alegre: 1961.

FÉRTIG, André. **História, memória e o Império do Brasil: Januário da Cunha Barbosa, Karl Von Martius e a criação de um passado para o Brasil.** *Revista Sociais e Humanas CCSH/UFSM*, v. 19, n. 1, p. 43-49, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993

_____. **A República, a História e o IHGB.** Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.** *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. **A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia: fazendo a história nacional.** In: WEHLING, Arno (Org). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado.* Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

_____. **“Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”**, in: *Estudos sobre a escrita da história.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HARTOG, François. **História, historiografia e tempo presente.** *Revista História da Historiografia.* Ouro Preto. Nº 10. Dezembro. 2012. Pg 351-371.

HRUBY, Hugo. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos.** *Anais do IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS*, 2008.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840 – 1860).** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MAESTRI, Mário. **A guerra contra o Paraguai: História e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002].** In: *ENCUENTRO ANUAL DEL CEL*, 5., 2009, Buenos Aires.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920 – 1956)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

MARTIUS, Karl Philipp von. **Como se deve escrever a história do Brasil?** RIHGB, Rio de Janeiro, 1853, p. 188-189.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828** / São Paulo: Hucitec, 2006.

POMER, Léon. **Paraguai: nossa guerra contra esse soldado**. São Paulo: Global, 1984.

_____. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense**. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenhe do futuro”: A escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SQUINELO, Ana Paula. **Revisões historiográficas: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros** – PNLD 2011. Diálogos, Campo Grande, n. 1, p. 19-39, 2011.

TURIN, Rodrigo. **História da Historiografia e memória disciplinar: Reflexões sobre um Gênero**. Hist. Historiogr. Ouro Preto. N. 13. Dezembro 2013.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Vernhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 36-37.

FONTES:

BARBOSA, J. C. "**Discurso**", Revista do IHGB, 1, p. 9-18. 1839.

_____. **Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões.** RIHGB, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-18, 1839b.

BRAZILIENSE, Américo. **Acta da Sessão de Instalação e Posse.** Revista do IHGRGS. I Trimestre, Ano I, p. 131. 1921.

COLLOR, Lindolfo. **A história e o Instituto Histórico.** Revista do IHGRGS. I Trimestre, Ano I, p. 4. 1921.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. **O Brasil no Prata. Ocupação da Banda Oriental.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Porto Alegre, n.41, p.03-205, 1931.

_____. **Causas da Guerra com o Paraguay.** Porto Alegre: Livraria Americana, 1919.

_____. **Pela verdade histórica.** Revista do IHGRGS. Porto Alegre, n. 46, p.81-111, 1932.

_____. **Deodoro.** Revista do IHGRGS, Porto Alegre, n. 46, p.301-320, 1932.

_____. **Ensaio psicológico do marechal Bento Manuel Ribeiro.** Revista do IHGRGS, Porto Alegre, n. 57, p. 3-49, 1934.

_____. **Ideologia federativa na cruzada farroupilha.** Revista do IHGRGS. Porto Alegre, n.48, p. 194-227, 1932.

_____. **O naufrágio de Martim Afonso de Souza.** Revista do IHGRGS. Porto Alegre, n.57, p. 53-71, 1935.

_____. **Primeiro centenário do combate do Monte Santiago.** Revista do IHGRGS, Porto Alegre, n.27, p. 439-462, 1927.

_____. **A independência Uruguiaia.** Revista do IHGRGS. Porto Alegre, n.27, p. 477-484, 1927.

_____. **República rio-grandense: subsídios para sua história: memória histórica sobre as causas e os acontecimentos que mais imediatamente precederam a sedição de 20 de setembro de 1935, na cidade de Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul.** Revista do IHGRGS. Porto Alegre: Typographia o Centro, III e IV Trimestre, Ano III, 1923.

_____. **Assembleia geral extraordinária.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo 90, Vol. 44, pg. 763 -769, 1921.

_____. **Combate de monte Santiago.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo 10, Vol. 155, pg. 141 – 146, 1ªed. 1927

_____. **Nota preliminar sobre a Guerra do Paraguai.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo 102, Vol. 156, pg. 9 – 11, 2ªed. 1927.

_____. **Conferência sobre a ideologia Farroupilha.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Vol. 166, pg. 703 – 732, 2ªed. 1932.

_____. **Homenagem ao Conde Afonso Celso.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Vol. 173, pg. 777 – 778, 1938.

_____. **O estudo da história.** Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1928.

_____. **História do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954.

_____. **O porquê da brasilidade farroupilha.** São Paulo: Tipografia Irmãos Clemente, 1936.

_____. **O duque do Brasil.** Recife: [s.n], 1941

ROSA, Otelo. **Souza Docca e Aurélio Porto.** Revista do IHGRGS. Porto Alegre, n.100, 1945, p. 124.